

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Graduação em Ciências Socioambientais**

Jessica Lorrany de Jesus Silva

Mineração como forma de vida e morte:
entre a dependência e o desastre em Mariana - MG

Belo Horizonte
2019

JESSICA LORRANY DE JESUS SILVA

Mineração como forma de vida e morte:
entre a dependência e o desastre em Mariana - MG

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de graduação em
Ciências Socioambientais da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Professora Doutora Andréa
Luisa Zhouri Laschefski (DAA - UFMG)

Belo Horizonte
2019

Dedico este trabalho aos meus pais, Shirley e Edson, que tanto fizeram para que eu pudesse cursar a graduação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero prestar honras e glórias à Deus, porque Nele está a minha vida e o meu destino. Vivi muitas experiências, muitos livramentos, recebi muitas bênçãos. Não tenho palavras suficientes para agradecer pelo cuidado e pelo carinho em todos os momentos, em cada detalhe. Toda a minha gratidão pertence à Ele.

Quero agradecer aos meus pais, Shirley e Edson, por terem encarado esse sonho comigo. Não mediram esforços para garantir minha permanência na universidade, e sempre estiveram lá, no meu ninho, no meu porto seguro, de braços abertos. Também sou grata e sinto que devo desculpas ao meu irmão, Bernardo. Agradeço pelas tantas vezes em que foi compreensivo com nossos pais, na urgência da minha manutenção em Belo Horizonte. Sei que muitas coisas que você poderia ter feito nesse período foram sacrificadas, porque nossas condições financeiras não abarcariam tudo. Sinto muito por você não ter feito um curso pré-técnico ou aprendido outro idioma. Sinto muito pelas coisas das quais você teve que abrir mão. Mas agradeço muito, de coração, por ter sido paciente.

Aos meus familiares, principalmente Andreia, Branco, Del, tia Kátia, Mari, Nayra, tia Nata, vô Zé Pêgo, tio Warley, tia Edna, tia Sheila, e tio Isídio, quero agradecer pela ajuda na mobília da casa, por comprarem das coisinhas que eu vendi ao longo desses anos, pela ajuda na formatura, pelas caronas (seja de carro ou de carreta) no ir e vir de Cachoeira do Campo para Belo Horizonte, pelas visitas que me trouxeram tanta alegria. Quero agradecer e homenagear vó Januária, que hoje descansa nos braços do Senhor. Além de toda a nossa história compartilhada, guardo com carinho as palavras que me escreveu no meu último aniversário em que estávamos juntas: “Os que conhecem à Deus são firmes até o fim da vida”. Também extensivo à minha família, mas abrangendo um pouco mais, quero agradecer aos irmãos da igreja Cristã Maranata pelas incessantes orações. Oração transmite vida, e sou grata por estarmos ligados dessa forma, como parte de um mesmo corpo.

Às minhas queridas Andreia, Isla e Lorenza, quero agradecer por serem minha melhor panelinha.

Este trabalho foi pensado por muitas mentes, lido por muitos olhos, em diferentes momentos. Agradeço à Caio, Maryellen, Lorenza, Isla, Andreia, Thaires, Ilklyn, Bia, Matheus e Nath, pelas várias conversas, pelas leituras e indicações de leituras, e por me ouvirem falar tanto sobre esse TCC. E Mari, obrigada por abrir sua casa para mim durante os campos. Nossos cafés, almoços e jantares juntas me trouxeram muita leveza dentro de um assunto pesado de se pesquisar. Muito obrigada à todos vocês, de coração.

Quero agradecer, especialmente, às atingidas e aos atingidos de Paracatu de Baixo, que me receberam junto com a equipe do Gesta e compartilharam conosco um pouco de suas histórias e suas lutas, desejo muita força à vocês. Também às minhas interlocutoras que foram ou ainda são membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”, quero agradecer pela disponibilidade e por falarem comigo, contribuindo para a construção deste trabalho.

À Andréa, minha orientadora, agradeço pela oportunidade de trabalharmos juntas, pelos conselhos, pela mão firme e ao mesmo tempo paciente. Te admiro muito e sou muito grata por poder aprender com você.

À Raquel, Ana, Bia, Flávia, Lúnia, Max, Mary, Ilklyn, Julia, Duda, Rafael, Victor, Thomás, Tales, Matheus, Higor, Carlos, Marcão, Lucila e Mayana, agradeço pelo acolhimento, pelas conversas que trouxeram sossego ao coração, pela compreensão nas crises, e por todo o aprendizado. Eu entrei no grupo querendo construir um saber que fosse além da academia, e com vocês isso foi possível. Fizemos trabalhos lindos e eu tenho muito orgulho de fazer parte dessa equipe.

Agradeço à Pró Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX/ UFMG), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo fomento às atividades de pesquisa e extensão.

“Eu te louvarei, porque de um modo terrível e tão maravilhoso fui formado; maravilhosas são as tuas obras, e a minha alma o sabe muito bem” (Salmos 139: 14)

RESUMO

A proposta deste TCC é estudar o processo de vivência do desastre em Mariana e a inserção do movimento “Justiça sim, desemprego não” nesse contexto crítico, buscando compreender as percepções de membros e ex-membros deste grupo acerca da presença da mineração e, principalmente, da mineradora Samarco no município. Neste sentido, o trabalho pretendeu identificar elementos que tenham contribuído para a dependência econômica de Mariana com a mineração, no contexto da instalação da Samarco na cidade; as afetações causadas pelo rompimento da barragem de Fundão e o processo de vivência do desastre; bem como analisar como se manifesta a ideologia do desenvolvimento via crença na atividade mineradora como forma de vida, através dos discursos de membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”. Para tanto, foi mobilizado um conjunto de autores e autoras que tratam dos temas relacionados à história de Mariana, à mineração e à desastres. A pesquisa foi realizada em diferentes frentes: em documentos públicos de instituições nacionais e internacionais; a partir de relatos dos atingidos de Paracatu de Baixo (distrito destruído pelo desastre da Samarco) durante as oficinas de cartografia social realizadas pelo GESTA-UFMG; entrevistas com membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”; e análises das declarações públicas de ambientalistas, atingidos, trabalhadores da mineração, e do prefeito de Mariana, concedidas à mídia ou durante eventos que tiveram o desastre como tema. Foi possível identificar uma forte construção do *ethos* marianense vinculado à mineração, mas, por outro lado, a relação de dependência com a atividade não apareceu como algo incorporado inquestionavelmente pelos sujeitos. Ao contrário, os discursos conscientes acerca do ônus proveniente da exploração mineral, e das conseqüências que se perpetuam mesmo após mais de três anos desde o rompimento da barragem, levantam possibilidades para se pensar em outras formas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mariana; Fundão; Samarco; desastre; dependência; mineração

SIGLAS E ABREVIACÕES

ANM – Agência Nacional de Mineração

BHP – The Broken Hill Proprietary Company Limited

CFEM – Compensação Financeira por Exploração Mineral

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPAM (MG) – Conselho Estadual de Política Ambiental (Minas Gerais)

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DDM – Discurso do desenvolvimento pela mineração

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

MIC – Isocianato de metila

MovSAM – Movimento pelas Serras e Águas de Minas

MPE MG – Ministério Público Estadual (Minas Gerais)

MPF – Ministério Público Federal

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

PMM – Prefeitura Municipal de Mariana

PNCSA – Programa Nova Cartografia Social da Amazônia

PROEX UFMG – Pró reitoria de extensão (Universidade Federal de Minas Gerais)

SAMITRI – S. A. Mineração Trindade

SINE – Sistema Nacional de Emprego

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

UCC – Union Carbide Corporation

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização de Mariana. (Elaboração própria, através do <i>software</i> de análise espacial QGIS, com base em dados disponibilizados pelo IBGE, acessados em maio de 2019).....	14
Figura 2: Trajeto dos rejeitos. (Fonte: Max Vasconcelos, 2017. Citado em Zhou et al 2018).....	14
Figura 3: Fachada do restaurante Casarão. (Fonte: Portal Férias Brasil. Acesso em abril de 2019).....	23
Figura 4: Rua Direita, Mariana. (Fonte: Portal do Turismo – PMM. Acesso em abril de 2019).....	23
Figura 5: Participação da mineração no PIB brasileiro (2000 - 2015). (Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial, 2017, acessados em maio de 2019).....	31
Figura 6: Receita bruta da Samarco Mineração S. A. (2008 - 2012). (Elaboração própria a partir de dados da Samarco Mineração S. A., 2012, acessados em maio de 2019).....	32
Figura 7: Cerca de bambu destruída pela lama. (Fonte: Acervo GESTA, 2017).....	42
Figura 8: Marcas da lama na igreja de Paracatu. (Fonte: Acervo GESTA, 2017).....	42
Figura 9: Carta deixada por atingida em Paracatu de Baixo, onde se lê “Felicidade morava aqui!!! Cada um sabe onde dói mais”. (Fonte: Acervo GESTA, 2017).....	53
Figura 10: Celebração do 1 de maio de 2017. (Fonte: Página do Facebook “Justiça sim, desemprego não”. Acesso em maio de 2019).....	59
Figura 11: Ato no Dia de Minas, 2017. (Fonte: Página do Facebook “Justiça sim, desemprego não”. Acesso em maio de 2019).....	60
Figura 12: Receita municipal e CFEM arrecadado (2012, 2014, 2016 e 2018). (Elaboração própria a partir de dados da ANM e da Prefeitura Municipal de Mariana, acessados em Junho de 2019).....	64
Figura 13: Participação da CFEM na receita do município de Mariana (2012, 2014, 2016 e 2018). (Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura Municipal de Mariana e da Agência Nacional de Mineração, acessados em Junho de 2019).....	64

SUMÁRIO

Introdução	11
“Um coração de ouro num peito de ferro”	11
Uma herança de dependência extrativista.....	15
Capítulo 1 - Mariana das Minas	22
Memória e mineiridade	22
Afloramentos do setor mineral	27
Capítulo 2 - Abertura de minas e feridas.....	33
Queda de preços e barragens: a emergência dos desastres.....	33
A vivência do desastre em Mariana	37
Capítulo 3 - Teia de dependência	57
Considerações finais.....	70
Referências.....	74
Artigos, capítulos e livros.....	74
Documentos e dados.....	79
Entrevistas e relatos.....	80
Notícias.....	81

INTRODUÇÃO

“Um coração de ouro num peito de ferro”

Em visita à região de Ouro Preto e Mariana, o geólogo francês Claude Henri Gorceix, convidado por D. Pedro II para realizar estudos mineralógicos no Brasil, afirmou que Minas Gerais era como “um coração de ouro incrustado num peito de ferro”.¹ Trago de início essa significativa referência para falar de um lastro narrativo histórico que constrói Minas Gerais como uma região atavicamente atrelada à mineração. Tal narrativa vem sendo atualizada no contexto dos diferentes desastres da mineração em curso no estado. A proposta deste TCC é estudar o processo de vivência do desastre provocado pelas empresas Samarco/BHP/Vale em Mariana desde novembro de 2015 e a inserção do movimento “Justiça sim, desemprego não” nesse contexto crítico. Busco compreender as percepções de membros e ex-membros deste grupo acerca da presença da mineração e principalmente da mineradora Samarco, no município. Com este trabalho pretendi então: 1) Identificar elementos que tenham contribuído para a dependência econômica de Mariana em relação à mineração, no contexto da instalação da Samarco na cidade; 2) Investigar as afetações causadas pelo rompimento da barragem de Fundão e o processo de vivência do desastre; 3) Analisar como se manifesta a ideologia do desenvolvimento via crença na atividade mineradora como forma de vida, através dos discursos de membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”.

Com efeito, a extensão territorial do Brasil contribui para a diversidade geológica propícia à ocorrência de minerais como ouro, cobre, alumínio, estanho, ferro-manganes, grafita, caulim, níquel, carvão, entre outros. A colonização do país, voltada para a exploração de recursos, beneficiou-se do Pau-Brasil, da cana de açúcar, do algodão, do café, da borracha, e não diferentemente, dos minerais (principalmente o ouro). Ao longo dos séculos, a mineração se tornou uma das grandes atividades da economia nacional e, mais recentemente, a globalização colocou o país no balcão da economia mundial através

¹ Alguns autores da literatura mobilizada neste trabalho comentam a respeito, tal como Costa (2017, p.36) e Galeano (2011, p. 89): “Henri Gorceix disse, com razão, que Minas Gerais tinha um coração de ouro num peito de ferro, mas a exploração de seu famoso *quadrilátero ferrífero*, em nossos dias, [...] não deixará nada além do que deixou o ouro.” Outras informações disponíveis em: <<http://bndigital.bn.br/francebr/gorceix.htm>>. Acessado em maio de 2019.

da exportação de *commodities*. Entretanto, abordagens analíticas do campo da Ecologia Política têm assinalado questionamentos sobre a exploração irreversível da natureza provocada por esse tipo de economia e os conflitos socioambientais decorrentes.

Segundo Zhouri e Laschefski (2010, p. 11), “o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento marcou o solo do debate ambiental que, nas décadas de 1970 e 1980, colocava em dúvida o modelo de desenvolvimento que se espalhou por quase todos os países do mundo”. Para Sevá Filho (2010, p. 115), “a expressão “desenvolvimento”, [...] equivale à acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos”. Zhouri, Bolados e Castro (2016b, p. 10) analisam que “nos últimos anos, a América do Sul tem retomado programas neodesenvolvimentistas na formulação de políticas nacionais, em função, entre outros, da globalização e da reestruturação econômica neoliberal”. Mas a hipótese levantada por Coelho (2015) é de que

o atual processo de desenvolvimento brasileiro não pode ser classificado como neodesenvolvimentista. Isto porque uma das características da recente trajetória de desenvolvimento da economia brasileira é sua desindustrialização; o desenvolvimentismo, ou o velho desenvolvimentismo, tem como principal característica a industrialização progressiva em detrimento da exportação de matérias- primas. Portanto, seria mais justificado falar em neoextrativismo - caracterizado pela exploração intensiva das matérias- primas direcionadas para o mercado externo (COELHO, 2015, p. 75).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2012), em 2012 o Brasil ocupava o primeiro lugar no *ranking* mundial de exportação de nióbio e minério de ferro. Porém, no mesmo ano a China anunciou planos para reequilibrar sua economia, que envolveram a diminuição na importação de metais básicos (como alumínio, cobre e minério de ferro), e os Estados Unidos da América, que ainda não haviam se recuperado da crise econômica de 2008, também importavam em taxas reduzidas. A diminuição na importação desses dois países – os maiores importadores de ferro e aço, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC, 2017) – desestabilizou as exportações brasileiras e gerou excedentes de minério no mercado, fazendo com que os preços caíssem nos anos seguintes.

Devido ao cenário internacional, a partir de 2012 houve um aumento na produtividade total da mineração em Minas Gerais – o estado brasileiro de maior importância para o setor, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2014) – visando a compensação dos lucros frente à queda do preço do minério no mercado mundial. “Observa-se que as empresas mineradoras, sobretudo no caso do minério de ferro, [intensificaram] suas atividades de forma a aumentar a escala de produção e reduzir seus custos fixos” (HOYLE, 2015 apud ZHOURI et al., 2016b, p. 11). Entretanto, essa intensificação de investimentos na indústria extrativista e os avanços da fronteira mineral têm continuamente contribuído para a transformação radical de comunidades, amputação de ecossistemas, destruição e fragmentação de territórios, dentre outros *efeitos derrame*, consequências que se espalham, se desdobram, e se derramam, como avalia Gudynas (2016). De acordo com dados da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM, 2016), em 2015 havia cerca de 456 barragens de mineração cadastradas no Banco de Declarações Ambientais. Seja por resultado de estudos geotécnicos, hidrológicos e hidráulicos, análises visuais, avaliações das condições de construção e das estruturas, ou por falta de dados e/ou documentos técnicos para conclusão do auditor, 31 delas não tinham estabilidade garantida.

A barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S. A. (de capital controlado pelas multinacionais Vale S.A. e BHP Billiton Brasil), declarada estável pela FEAM, se rompeu no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana - MG. Mais de 50 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos foram liberados da barragem, afetando trinta e cinco municípios mineiros e quatro municípios capixabas, devastando a biodiversidade do Rio Doce, soterrando e interrompendo histórias, projetos, relações, práticas sociais e modos de vida. Aproximadamente 1,2 milhão de pessoas que moram entre a barragem do Fundão e o estado do Espírito Santo foram atingidas, além das 19 mortes contabilizadas, que incluíram funcionários da empresa e moradores das proximidades. A partir do rompimento da barragem, iniciou-se um processo de vivência desse desastre, que não se limita ao dia 05 de novembro e que tem se desdobrado de forma multidimensional em decorrência de medidas institucionais que são capazes de agravar as vulnerabilidades das comunidades afetadas (ZHOURI et al, 2017).



Figura 1: Localização de Mariana. (Elaboração própria, através do *software* de análise espacial QGIS, com base em dados disponibilizados pelo IBGE, acessados em maio de 2019).



Figura 2: Trajeto dos rejeitos. (Elaborado por Max Vasconcelos, 2017. Citado em Zhouri et al 2018)

Outro aspecto decorrente do rompimento da barragem foi o aumento na taxa de desemprego e a diminuição na arrecadação do município de Mariana. Em abril de 2017, o jornal marianense Ponto Final², circulou uma notícia de que o desemprego na cidade

² JORNAL PONTO FINAL. Desemprego em Mariana atinge 23% da população e bate novo recorde. Jornal Ponto Final, 12 de abril de 2017. Disponível em:

havia batido um recorde, afetando mais de 13 mil pessoas, o equivalente a cerca de $\frac{1}{3}$ de toda a população do município. Em novembro do mesmo ano, o jornal Diário de Pernambuco³ publicou uma matéria com dados de que “desde o rompimento da barragem, o município de Mariana viu o desemprego, que nunca havia ultrapassado os 6%, atingir 23,5% da população”. De acordo com a prefeitura municipal⁴, em novembro de 2015 a arrecadação foi de R\$26,5 milhões, no ano seguinte esse valor caiu para R\$18,6 milhões, e em 2017 ficou em torno de R\$16,9 milhões.

Poucos dias após o rompimento da barragem de Fundão, a comerciante P., começou a organizar um movimento em defesa dos trabalhadores da mineradora, através da rede social Whatsapp. Com a adesão da pauta por um grande número de pessoas, a marianense chamou um ato público na cidade, que mobilizou cerca de três mil pessoas. A manifestação recebeu como título e bandeira “Justiça sim, desemprego não”, que foi adotado como nome do movimento. Entre as ações do grupo que contava principalmente com a participação de comerciantes locais, podemos citar coletas de assinaturas e manifestações pela retomada das atividades da Samarco. Entretanto, três anos após sua criação, o “Justiça sim, desemprego não” se transformou em uma atividade individual. Hoje, a fundadora e presidente, P., mantém as atualizações de notícias sobre a volta da operação da mineradora em uma página na rede social Facebook (que recebeu o mesmo nome do movimento), mas o grupo já não existe mais. Falarei sobre a criação, a atuação e o desmantelamento do movimento “Justiça sim, desemprego não” mais detalhadamente no capítulo três deste volume.

Uma herança de dependência extrativista

Theotônio dos Santos definiu a estrutura da dependência como a “situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada”. Trata-se da relação na

<<http://jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5591/desemprego-atinge-13-mil-pessoas-e-atinge-novo-recorde-em-mariana>>. Acessado em 05 de maio de 2019.

³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Tragédia de Mariana ainda afeta economia da cidade e gera desemprego de 23,5%. Diário de Pernambuco, 05 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/11/05/interna_brasil,729611/tragedia-de-mariana-ainda-afeta-economia-da-cidade.shtml>. Acessado em 23 de maio de 2018.

⁴ 4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Receitas. In: Mariana. Disponível em: < <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-017/recursos.faces>>. Acessado em junho de 2019.

qual o país dependente realiza a expansão econômica enquanto reflexo da expansão do país dominante. Não se trata de uma relação de determinação, mas de condicionamento. A dependência é uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações. (COELHO, 2018, pp. 77-78)

Em uma escala global, Milanez & Santos (2013), baseados numa vasta literatura, analisam a relação entre a dependência que os países têm dos produtos minerais e suas respectivas taxas de crescimento econômico, identificando que muitas dessas economias dependentes têm apresentado baixo crescimento. Para eles, “a existência de tal relação fortalece o argumento de que esta não seria uma estratégia capaz de garantir o crescimento econômico no longo prazo” (MILANEZ; SANTOS, 2013, p.130).

Com foco na América Latina, quando Marini (1973) discorre sobre o desenvolvimento da economia mercantil em função do mercado mundial, ele analisa que nossa produção nasceu para atender as demandas dos países industriais, independentemente da capacidade interna de consumo, e é sobre isso que se sustenta a essência da dependência latinoamericana.

Alimonda (2012), em concordância com o economista argentino Raúl Prebisch, aponta que a integração da América Latina ao mercado internacional através da exportação de matérias-primas foi frustrante, “porque a economia [ficou] dependendo da dinâmica de ciclos externos sobre os quais não tinha controle, os ingressos [ficaram] concentrados social e regionalmente, os mercados internos [foram] limitados, e não se [incorporou] progresso técnico” (ALIMONDA, 2012, p. 19). O resultado disso foi que “a América Latina [exportou] cada vez mais produtos agrícolas e mineiros para poder importar os bens industriais que requeria seu consumo interno, sofrendo endividamento e carência de capitais” (ALIMONDA, 2012, p.19). O autor também analisa as postulações feitas pelo economista alemão André Gunder Frank, no final da década de 60 e início dos anos 70, que resumem os princípios do que ficou conhecida como “teoria da dependência”. Alimonda explica:

1) um ponto decisivo era o fato de que os países latino-americanos, desde o começo da sua história, estavam inseridos em um sistema internacional em posição de subordinação. Suas dificuldades para o desenvolvimento e a permanência em situação de subdesenvolvimento não eram consequências da persistência de visões tradicionais, do isolamento ou da desconexão dos

mercados. Muito pelo contrário, era a persistência dessa situação histórica o que constituía a chave para entender a reprodução do subdesenvolvimento.

2) A situação de subordinação a uma estrutura “metrópole-satélite” de natureza colonial (Frank não empregava a noção de “dependência”) era o que criava a reprodução do que ele chamou o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

O desenvolvimento em alguns pontos ou setores criava distorções, crises, agravamento das condições de exclusão social e política, etc. O sucesso de algumas economias de exportação baseadas em enclaves agrícolas ou mineiros, por exemplo, só favorecia a acumulação de capital fora dessas regiões, nas metrópoles nacionais ou globais, enquanto desorganizava e enfraquecia as sociedades locais.

3) Algumas situações internacionais e internas teriam favorecido o início de processos de industrialização e de diversificação econômica em alguns países latino-americanos. Paradoxalmente, isso tinha provocado alguma “modernização”, mas agravado questões econômicas relativas à balança de pagamentos, dívida externa, etc., assim como os problemas de subdesenvolvimento nas regiões não industrializadas e industrializadas (crescimento das cidades sem serviços básicos, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE comprovam hoje no Brasil). (ALIMONDA, 2012, p. 20, grifos nossos)

Svampa (2013) analisa que embora a exploração e a exportação de matérias-primas não sejam atividades novas na América Latina, nos últimos anos do século XX houve a expansão de mega projetos voltados ao controle, extração e exportação de bens naturais, sem maior valor agregado. O chamado “Consenso das *commodities*” enfatiza o ingresso da América Latina na nova ordem econômica, política e ideológica, de base neoliberalista, que é sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias primas e pelo aumento na demanda dos países centrais e das economias emergentes. Segundo a autora, a alta demanda por *commodities* propiciou um processo de reprimarização das economias latinoamericanas ao acentuar a reorientação das atividades extrativistas de pouco valor agregado. Esse processo

gera vantagens comparativas indiscutivelmente visíveis no crescimento econômico e o aumento das reservas monetárias [dos países centrais e das potências emergentes], ao tempo que produz novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latinoamericanas (SVAMPA, 2013, p.31, tradução livre e comentário nosso)⁵.

⁵ Citação original: “genera indudables ventajas comparativas visibles en el crecimiento económico y el aumento de las reservas monetarias, al tiempo que produce nuevas asimetrías y profundas desigualdades en las sociedades latinoamericanas” (SVAMPA, 2013, p.31).

Em concordância com essas análises, quando delimitei ainda mais o escopo, encontrei em Coelho (2012) um estudo sobre a região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais - compreendido entre os municípios de Itabira, Mariana, Congonhas e Itaúna, nomeado assim devido a quantidade de depósitos de minério de ferro que abriga - que, nas palavras do autor: “jamais desfrutou de um desenvolvimento autônomo e justo, padecendo pela concentração de renda, marginalização social, desemprego e subordinação política” (COELHO, 2012, p. 129).

Parte do Quadrilátero Ferrífero, a cidade de Mariana surgiu em torno da descoberta de ouro no Ribeirão do Carmo, como um povoado de bandeirantes paulistas que depois atraiu baianos, cariocas, pernambucanos e outros (SOBREIRA, 2014). “A mineração iniciou-se pelos depósitos aluvionares, onde eram empregadas técnicas relativamente simples. Com o passar do tempo, a conjugação de experiências de brasileiros, portugueses e africanos tornou a exploração mais elaborada” (FERRAND, 1894 apud SOBREIRA, 2014, p. 56). A região teve um crescimento populacional ao longo dos séculos, sempre muito marcado pelos interesses em exploração do seu subsolo, partindo da extração do ouro e chegando principalmente ao minério de ferro. Quer fossem trabalhadores livres, ou escravos, as diversas correntes de povoamento, distintas em suas origens, se chocaram nas alteridades e a partir disso engendrou-se uma forma de ser, fazer e viver, fruto das relações entre esses diferentes grupos e da atividade econômica que os unia.

O que me despertou interesse sobre a relação dos marianenses com a mineração, temática abordada neste trabalho, foi justamente minha trajetória de vida anterior à graduação e minha própria relação com essa atividade extrativista. Cresci em Cachoeira do Campo (um distrito de Ouro Preto), e por anos estive rodeada por pessoas que mantinham relações de trabalho com as mineradoras da região. A atividade sempre pareceu ser promissora para os municípios próximos, e a possibilidade de prosperidade profissional teve grande influência na minha decisão de cursar o Técnico Integrado em Mineração, no Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), em Ouro Preto. O que pude acompanhar ao longo de minha formação como técnica (entre 2012 e 2014), foi a crença na metodologia utilizada tanto para pesquisa mineral, lavra de mina e tratamento de minérios, quanto para a reparação das áreas degradadas, mas não obstante, as melhores

referências de condições de trabalho e segurança vinham da mineradora Samarco S.A., que operava no município de Mariana. O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, me surpreendeu não só pela magnitude do desastre, mas também por ir contra a crença acolhida por antigos professores e colegas, sobre as maravilhas da mineração. Na época eu já havia iniciado a graduação em Ciências Socioambientais, onde pude discutir essa questão. Tempo depois, em 2017, tornei-me bolsista do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFG), e junto com a equipe, passei a construir trabalhos de pesquisa e extensão sobre o desastre de Fundão e suas afetações.

Em uma via distinta do desastre, ainda perdura a crença de que a mineração é fonte do progresso e do desenvolvimento, e que apesar dos danos, tem seus meios justificados. Coelho (2015) avalia que

a principal forma de convencimento exercida sobre a sociedade local das regiões mineradoras é o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM). [...] O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, conseqüentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza. [...] O DDM têm diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município. A retórica surge como saída para uma população que teme o desemprego. Com essa compensação, a atividade mineradora seria justificável, mesmo causando tantos problemas. (COELHO, 2015, pp. 101 - 103).

Essa ideia, na verdade, aprofunda a relação de dependência de Minas Gerais e de Mariana com a atividade extrativista. Embora essa perspectiva coloque o desastre apenas como parte do percurso, como efeito colateral do progresso, ela se insere de forma contundente num debate sobre a mineração presente como forma de vida e morte no município mineiro. Forma de vida, porque está enraizada no imaginário e na subjetividade de muitos sujeitos, é uma atividade passada por gerações em muitas famílias, e um pano de fundo para relações diversas do cotidiano. E forma de morte, devido aos processos de adoecimento dos corpos de trabalhadores e atingidos pela mineração, as perdas causadas pelo desastre e por acidentes de trabalho, e a própria vivência do desastre pelas comunidades afetadas.

Partindo das reflexões colocadas aqui e dos objetivos que norteiam este trabalho, foi mobilizado um conjunto de autores e autoras que tratam dos temas relacionados à história de Mariana, à mineração e à desastres. A pesquisa foi feita em documentos públicos do Banco Mundial, da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), da Organização Mundial do Comércio (OMC), e da Samarco S. A.. Para a mobilização de dados relativos à realidade empírica, foram analisados relatos dos atingidos de Paracatu de Baixo durante as oficinas de cartografia social do GESTA⁶; realizadas entrevistas com membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”; e análises das declarações públicas de ambientalistas, atingidos, trabalhadores da mineração, e do prefeito de Mariana, concedidas à mídia⁷ ou durante eventos que tiveram o desastre como tema. As questões teóricas ficaram mais concentradas no primeiro capítulo. E, por fim, o material qualitativo levantado foi analisado e organizado em oito categorias, a partir das quais foi possível construir os capítulos dois e três, sendo elas: 1) dependência; 2) o dia do rompimento; 3) o marianense e o outro; 4) perfil das entrevistadas (aqui referente à membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”); 5) relação das entrevistadas com as

⁶ A partir de 2017, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais começou a trabalhar com as oficinas participativas de Cartografia Social, visando construir, junto com os grupos afetados, conhecimento acerca das afetações e consequências produzidas sobre seus territórios e modos de vida. O GESTA contou com apoio da equipe do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e da assessoria técnica dos atingidos no município de Mariana, a Cáritas Brasileira. O trabalho de mapeamento social conduzido junto à comunidade foi dividido em etapas que compreendem: (a) oficina para elaboração de croquis, desenhados pelos atingidos, que apontaram elementos familiares (casas, quintais e recursos) e coletivos (vizinhanças, áreas comuns de lazer, etc); (b) visitas ao território original representado nos croquis acompanhados dos moradores para georreferenciamento e registro dos elementos indicados nos croquis; (c) realização de nova oficina para apresentação e discussão do material coletado; (d) devolução dos produtos: acervos familiares (já finalizados e entregues) e um boletim informativo da comunidade (em vias de finalização). Participei como bolsista do projeto “O desastre e a política das afetações: compreensão e mobilização em contexto de crise”, das atividades que envolveram essa iniciativa.

⁷ Com destaque especial ao jornal A Sirene, um jornal criado em 2016 como resultado da mobilização do grupo #umminutodesirene, produzido pelos próprios atingidos, juntamente com voluntários e extensionistas da Universidade Federal de Ouro Preto. Caracteriza uma forma de jornalismo conhecida como jornalismo comunitário, que tem como traço fundamental o comprometimento político, participativo e engajado, com potencial de despertar nos indivíduos uma atitude mais crítica em relação ao conteúdo ao qual eles têm acesso.

empresas (Samarco, Vale, BHP e Fundação Renova⁸); 6) relação das entrevistadas com o movimento “Justiça sim, desemprego não” (como conheceram e entraram para o grupo, quais atividades desempenhavam, o motivo de deixarem o movimento, dentre outras coisas); 7) relação do “Justiça sim, desemprego não” com outros movimentos e com os atingidos; 8) vivência do desastre.

⁸ Em fevereiro de 2016, foi firmado um acordo entre os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo com as empresas Samarco, BHP e Vale, sem a participação dos atingidos, que estabelecia, dentre outras coisas, a criação de uma Fundação gerida pela Samarco para tratar das questões pertinentes ao desastre de Fundão - a Fundação Renova. Após o anúncio do acordo, o MPF buscou impedir sua homologação, apontando algumas falhas como a falta de participação dos atingidos e problematizando o poder de decisão sobre as vítimas concentrado nas mãos dessa fundação. Em julho de 2016 o acordo foi suspenso pelo STJ, depois de várias contestações, inclusive do Ministério Público, que alertavam para medidas que estariam beneficiando a empresa. Apesar disso, a Fundação Renova continuou e continua atuando em Mariana. Mais informações disponíveis em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579>>. Acessado em maio de 2019.

CAPÍTULO 1 - MARIANA DAS MINAS

“Estas montanhas, silenciosas, limitam para mim o mundo. Bem sei que além há outras montanhas, há o mesmo céu, o mesmo sol e a mesma lua. Mas aqui, no fundo deste vale, há bastante vida, bastante dores” (BREINER, 1996, p.28 apud COSTA, 2017, p.37)

Memória e mineiridade

Norteados pelo Pico do Itacolomi, o paulista Salvador Furtado de Mendonça e sua bandeira aproximaram-se, em 16 de julho de 1696, das margens de um pequeno ribeirão num local a que denominaram Mata-Cavalos. Tendo encontrado ouro de aluvião no leito do rio, esse paulista ordenou a fixação de sua bandeira, naquele logradouro, e a celebração de uma missa em louvor à santa do dia, pela descoberta daquilo que procurava e pelo qual se lançara, desde São Paulo pelo interior do país: o ouro. Nomeou o pequeno ribeirão, homenageando Nossa Senhora do Carmo. Diz a tradição marianense, que nesse dia o Frei Gonçalves Lopes, cumprindo as ordens do comandante da bandeira, ergueu um tosco altar encimado pela imagem de Nossa Senhora da Conceição e no seu sermão teria enunciado a seus pares bandeirantes que aquele local era a célula mater de uma grande civilização. Textualmente: *Urbs mea cellula mater*. Enunciação constante do brasão de armas do município, instituído em 1945 quando de sua elevação à condição de monumento histórico nacional. (COSTA, 2017, p. 63)

No fim do século XVII as expedições dos bandeirantes se intensificaram, partindo do litoral para o interior do Brasil colônia em busca de minerais valiosos, e o momento de auge dessas expedições foi marcado pela descoberta de ouro na província de Minas Gerais. Uma das mais importantes foi a bacia do Ribeirão do Carmo, que ao ser reconhecida como fonte do precioso mineral, atraiu um intenso processo migratório e, conseqüentemente, o surgimento de vários povoados, que originaram posteriormente vilas (SOBREIRA, 2014).

A Coroa Portuguesa voltou assim as suas atenções para as Minas e resolveu criar a nova Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, separada da do Rio de Janeiro, sendo nomeado primeiro governador o capitão-general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que logo promoveu a criação das três primeiras vilas em Minas Gerais. [...] Criada a vila de Albuquerque, em 1711, foi o seu nome mudado para Ribeirão do Carmo ao ser confirmada a criação pelo governo da metrópole, em 14 de abril de 1712. Pela Carta régia de 23 de

abril de 1745, que a elevou à categoria de cidade, passou a denominar-se Mariana, em homenagem à rainha D. Maria Ana d' Áustria. (IBGE, 1959, p. 50)

Situada no vale do Ribeirão do Carmo, a cidade de Mariana é resguardada por montanhas que preservam os séculos de história marcados na paisagem e as tradições da cidade, tida como a matriz de Minas Gerais. Quem percorre a Rodovia dos Inconfidentes encontra *outdoors* que convidam o viajante a conhecer a primeira cidade de Minas Gerais. A estrada cheia de curvas nos leva através das montanhas. Passando por Ouro Preto, vê-se pelo caminho entradas de minas antigas próximo ao bairro Taquaral, a entrada da mina de ouro Piscinão, e alguns pontos de extração da famosa pedra Ouro Preto. Placas indicam que a mina de ouro da Passagem faz parte daquela rota, e convidam para uma visita. Na Rodovia Rodrigo de Melo Franco, pode-se avistar a rodoviária e algumas construções com arquitetura em modelo colonial, que abrigam comércios e hotéis. Pelas ruas, hora há asfalto, hora calçamento de pedra São Tomé, ou pedra Pé-de-moleque, as calçadas variam entre concreto e pedra Ouro Preto, e os prédios antigos, com portas e janelas de madeira, e sacadas feitas de ferro batido, se misturam com edificações mais recentes. O centro da cidade tem um ritmo um pouco mais acelerado que os bairros ao entorno, tem uma maior circulação de pessoas, mas nada que nos dê dimensão de seus aproximados 60 mil habitantes. Oferece uma infinidade de pequenas lojas de roupas, acessórios, calçados, padarias, lanchonetes, restaurantes, bancos, farmácias e supermercados, e alguns desses comércios fazem alusão ao período colonial, como, por exemplo, os restaurantes Casarão e Vila Real.



Figura 3: Fachada do restaurante Casarão
(Fonte: Portal Férias Brasil. Acesso em abril de 2019)



Figura 4: Rua Direita, Mariana
(Fonte: Portal do Turismo – PMM. Acesso em abril de 2019)

Dos bandeirantes que chegaram ao Pico do Itacolomi no século XVII, e os viajantes que levavam o ouro pela Estrada Real no século XVIII, até a elevação da Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo à condição de cidade, em 1745, uma sucessão de acontecimentos embasa a memória construída sobre a sociedade que se emergiu. Como bem colocado por Costa (2017, p. 24; p. 68), “Mariana é sociedade que construiu um modo de vida, uma cosmovisão e uma teoria social valorizando a tradição como a ideologia hegemônica que perpassa todas as dimensões da vida social local”; e “a tradição é vivida, pensada e enunciada discursivamente como pura, como essencialidade”. Para entender melhor o que o autor quer dizer, é preciso voltar ao que ele mesmo aponta como sendo a ponte para compreender o *ethos*⁹ marianense: a tradição. Para Costa (2017, p.77), “a tradição valorizada é o lugar da cultura de onde se podem ver todas as outras dimensões, ou seja, sua totalidade cultural.”

Mariana alçou posições de prestígio, além de ser a primeira cidade de Minas Gerais, se tornou a capital da capitania e a sede do Acerbispado, angariando poder simbólico tanto na esfera política quanto na esfera religiosa (COSTA, 2017, p.73). A cidade foi sendo construída para abrigar as novas capelas e prédios da administração colonial, lugares centrais à vida cotidiana, hoje, *lugares de memória*. Nora (1997, p. 2226) define *lugar de memória* como “toda unidade significativa da ordem material ou ideal, onde a vontade dos homens ou o trabalho do tempo transformou-a em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”. Porém, Costa observa que “nem todos os lugares que contribuíram para a construção de Mariana, no passado, são vistos como algo a ser preservado, não sendo, por isso, considerados como patrimônio e muito menos mostrados aos visitantes” (COSTA, 2017, p. 70). Da mesma forma, nem todos os acontecimentos da história da cidade são cultivados na lembrança social local. Entretanto, os escolhidos para compor a memória da comunidade servem de base para o prestígio que Mariana detém.

Landim (2017), em sua análise sobre a construção discursiva da mineiridade em jornais marianenses, afirma que

⁹ *Ethos* ou *Etos*, é um substantivo que significa modo de ser, natureza (emocional, moral, intelectual) habitual de um indivíduo, valores, crenças e ideias de um grupo. (Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etos/>>. Acessado em jan. de 2018).

Considerando-se, então, que a identidade se constrói nos processos de prática discursiva, vale lembrar sua relação com a memória e o passado em que se ancora. O vínculo com o antigo atribui de alguma forma caráter memorial à noção de identidade e de discurso, o que nos remete à concepção de memória, importante elemento que auxilia na compreensão dos processos que se dão na representação do ser mineiro. (LANDIM, 2017, p. 19)

A identidade marianense é vinculada à sua gênese e ao poder simbólico oriundo daí: ter surgido a partir da descoberta do ouro, se estabelecer a partir do minério de ferro, e ser considerada a célula matriz de Minas Gerais. “Os fatos históricos em si são irrecuperáveis, mas os sentidos que são dados a eles no presente permitem compreender o papel da memória em qualquer sociedade” (COSTA, 2017, p. 68).

Para ilustrar o entendimento do leitor, darei um exemplo prático e pessoal sobre a construção da memória coletiva: quando eu cursava o ensino fundamental I na Escola Estadual Nossa Senhora Auxiliadora, em Cachoeira do Campo, lembro-me de aprender sobre o Palácio do Governador que ficava no terreno onde a escola foi construída; sobre a Ponte do Palácio situada sobre o rio Maracujá (por onde vários colegas passavam diariamente para ir à aula); sobre o Quartel dos Dragões (o atual Colégio Dom Bosco), que abrigava a cavalaria real; e sobre o papel de Cachoeira do Campo no abastecimento de alimentos quando Ouro Preto ainda era uma Vila. Eu cresci conhecendo essas histórias, vendo as ruínas das antigas construções, caminhando sobre a ponte de rocha seca, vendo ainda resquícios daquela Cachoeira do Campo que foi o pomar ou a horta de Vila Rica, nas senhorinhas com seus balaies indo vender verdura na feira de rua de Ouro Preto. Essas não são apenas memórias individuais, elas compõem a memória coletiva, meus colegas aprenderam as mesmas coisas, outras crianças antes de nós, e outras crianças depois. São fatos históricos preservados na lembrança social local. Paralelamente, outra criança cresceu aprendendo sobre a Praça Minas Gerais, em Mariana, talvez por onde passasse todos os dias; aprendeu que a igreja onde ia rezar com os pais foi construída quando a cidade se tornou sede do Arcebispado; viu na comemoração cívica do dia 16 de julho, o Dia de Minas Gerais, a capital do estado ser simbolicamente transferida para Mariana; aprendeu sobre a história de seu lugar, com os sentidos dados à essa memória.

Voltando ao que nos diz Costa (2017),

A noção de tradição remete permanentemente para o passado, para aquilo que é pensado como o vir a ser *per si* de uma dada sociedade [...]. [E até as histórias inventadas] estão sempre coladas àqueles atributos considerados no pensamento social de uma dada sociedade como a sua essência. [...] a valorização da tradição em Mariana, por meio da qual os marianenses afirmam atributos que são considerados como a sua essencialidade - [é] a gênese da sociedade mineradora, sobre a qual foi construída a imagem e identidade mineiras, que vêm sendo permanentemente atualizados nas diversas dimensões de sua vida social (COSTA, 2017, p. 67. Comentários nossos.)

Vinculada ao passado e à emergência da sociedade marianense, a mineração se desenvolveu fincando raízes na política, na economia e na imaginação da população. Podemos compreender sua territorialização em Mariana e seu vínculo com a tradição como parte dos processos de construção identitária da localidade como comunidade imaginada (ANDERSON, 1991). Como afirma Costa (2017, p. 119), “em Mariana, os seus habitantes são conhecidos como *mineiros da gema* [...]”¹⁰, e através do significado relacionado à atividade mineradora, o autor indica a maior significação da imagem identitária local. A gema é, na terminologia mineralógica, um mineral ou minério precioso. Nessa imagem subentende-se a valorização do marianense. Costa (2017, p.122) ainda recorre à Pierre Bourdieu para analisar que o símbolo tem poder de sensibilizar os sentimentos da população e forjar uma identidade regional, que para o autor, “parece ser o caso dos mineiros em sua relação com Mariana”.

É possível traçar uma comparação com a discussão de Sodré (2000) acerca do gentílico “brasileiro”. Segundo o autor, há

um desdouro histórico quanto à designação da identidade nacional. Impõe-se há séculos uma qualificação profissional (o sufixo *eiro* designa em português o agente de um ofício) e não um patronímico. Mencionando como alternativas não desprimorosas “brasiliense” ou “brasilês”, Bezerra de Menezes é categórico: “Em bom português, ser brasileiro é como ser pedreiro, porteiro,

¹⁰ O autor elabora suas interpretações sobre Mariana em contraposição com Matias Cardoso (localizada no norte de Minas Gerais). Essa análise por oposição entre as cidades é o meio pelo qual João Batista Costa busca estabelecer as diferenças entre Minas e Gerais, na disputa simbólica pela identidade da terra. O trabalho trata da investigação de como Minas (e a mineração) se sobrepôs ao Gerais (e aos geraizeiros) na representação da mineiridade, e como cada grupo (mineiros e baianeiros) concebe a si mesmo e ao outro.

sapateiro, bodegueiro: um meio de vida”. Brasileiro era o português que vivia da exploração do Brasil. (SODRÉ, 2000. p. 83 - 84).

Na mesma linha, é possível analisar o gentílico de quem nasce em Minas Gerais, o mineiro. O mesmo sufixo utilizado para aquele que nasce no Brasil, que indica o agente de um ofício, declara que em Minas Gerais nascem mineiros, profissionais da mineração. A naturalização de uma vocação para tal atividade vem sendo atrelada à identidade mineira há séculos, e não diferentemente, ao marianense. “Minas teria surgido da busca colonial por ouro e ferro, as cidades se estabeleceram com vocação à mineração, outras se diferenciaram economicamente com o fim da mineração, mas todas seriam mineiras por vocação natural das riquezas da terra.” (FERREIRA, 2015, p. 37). Em “A invenção das tradições”, Hobsbawn diz que

muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. [...] Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN & RANGER, 1984, p. 9).

O autor explica que o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas compreende tanto as “tradições” institucionalizadas, quanto aquelas que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período determinado de tempo – como essa “tradição” minerária em Mariana.

Afloramentos do setor mineral

Segundo Carneiro (2016, p. 258), “É certo que, desde a última década do século XVII, já haviam sido descobertas, pelos portugueses e brancos nativos da colônia, [as jazidas minerais]. [...] Contudo, somente a partir da primeira década dos Setecentos [teve] início o intenso fluxo migratório para a “região das minas”.”. De acordo com Sobreira (2014, p. 56), “a abundância com que se retirava o ouro causou uma imigração em direção ao interior do país”, havendo, no ano de 1750, cerca de 80 mil pessoas

trabalhando na lavra de ouro da região (SOBREIRA, 2014). Em 1757, o jornal *Minas Geraes* nº 123¹¹ divulgou o contrato estabelecido entre o Governo e “*alguns ilustres industriaes e capitalistas, para a exploração aurífera no leito do Ribeirão do Carmo.*” (AZEVEDO, 1906, p. 715). O texto ainda traz informações de que essa indústria extrativa de ouro estava sendo impulsionada pela adoção de maquinaria para a lavra. “Não [poderia] haver a menor dúvida de que um período de franca prosperidade se [iniciava] para uma grande zona do nosso Estado” (AZEVEDO, 1906, p. 715).

Para Sobreira (2014),

o período em torno dos meados do século XVIII pode ser considerado como o apogeu da extração do ouro na região. Porém, a partir da metade daquele século a mineração começou a decair. [...] O imposto do quinto (quinta parte de todo o ouro apresentado era recolhido) sem dúvida foi uma [das principais causas da decadência do Ciclo do Ouro em Minas Gerais], aliado a um aspecto técnico bastante importante, pois com o passar do tempo as reservas aluvionares superficiais foram se esgotando. Os mineradores contavam com métodos rudimentares de extração e não estavam preparados para minerar depósitos menos óbvios e de mais difícil extração. Assim, a insensibilidade por parte da Corte em não planejar em longo prazo as atividades de mineração do ouro na capitania e a rigidez da política tributária levaram as minas a um estado de quase inércia. (SOBREIRA, 2014, p. 56. Comentários nossos.)

Dessa forma, no século XX, a “industrialização em Minas teve que se fazer [...] por meio da mobilização de elites políticas nacionais e, principalmente, locais, com vistas à atração de investimentos estrangeiros” (LINS, 1997, p. 589 *apud* CARNEIRO, 2016, p. 260). O projeto industrializante pretendia direcionar esforços para a “exploração das abundantes reservas de minérios de alto teor, principalmente de ferro e manganês, já identificadas na região central do estado.” (CARNEIRO, 2016, p. 160). Mais tarde, no final da década de 1930, o ferro e o aço já eram a segunda indústria de Minas Gerais. “Assim, [começou] a se desenvolver no estado (sem qualquer conexão com as pequenas forjas ou com as fábricas de ferro do século XIX), uma nova indústria siderúrgica” (CARNEIRO, 2016, p. 261). Em 1941 foi criada a Cidade Industrial de Contagem, numa região vizinha à capital Belo Horizonte, com boas condições de acesso às estradas que

¹¹ AZEVEDO, João da Costa. O Ribeirão do Carmo: 1757. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 11. Vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1906. pp. 715 - 722.

ligam Minas Gerais aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo¹². No ano seguinte foi constituída a Companhia Vale do Rio Doce, que promoveu “a exportação de volumes crescentes de minério de ferro e [estimulou] a vinda de empresas do setor siderometalúrgico para a região central de Minas Gerais” (CARNEIRO, 2016, p. 261). Segundo SILVA (2018), foi “na década de 1970 que o governo de Minas Gerais [criou] meios mais incisivos, para que a industrialização do estado se [desenvolvesse]” (SILVA, 2018, p. 39). A Região dos Inconfidentes em Minas Gerais (que abrange Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Congonhas, Ouro Branco, e outros municípios), “foi uma das regiões incluídas nos projetos de novas instalações da indústria extrativa mineral, passando essa a contribuir com a maior parte da arrecadação dos impostos e contribuições na região”. (SILVA, 2018, p.40).

Embora os autores citados usem termos como “produção mineral”, ou “indústria mineral”, é importante se ater a essa questão com cuidado. A mineração é uma forma de extrativismo, que se soma à várias outras formas numa definição plural de “apropriações de recursos naturais caracterizadas pelos grandes volumes removidos e/ou a alta intensidade, onde a metade ou mais são exportados como matéria prima, sem processamento industrial ou com processamento limitado.” (GUDYNAS, 2016, p. 26, tradução livre)¹³. Por não haver uma transformação industrial do material extraído, Gudynas (2016) alerta que expressões como “produção mineral” são incorretas. O autor explica que “os extrativismos não são uma indústria [porque] nada é produzido, tudo é extraído.” (GUDYNAS, 2016, p. 26, tradução livre)¹⁴.

Retomando o contexto histórico da chegada das mineradoras em Mariana, Hugo (2017) analisa que

¹² Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/?es=historia_contagem&artigo=760944>. Acessado em jan. de 2018.

¹³ Citação original: “[...] los extractivismos son un tipo particular de apropiaciones de recursos naturales caracterizados por los grandes volúmenes removidos y/o la alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como terias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados”. (GUDYNAS, 2016, p. 26)

¹⁴ Citação original: “[...] los extractivismos no son una industria [...] en tanto nada se produce, sino que todo se extrae.” (GUDYNAS, 2016, p. 26)

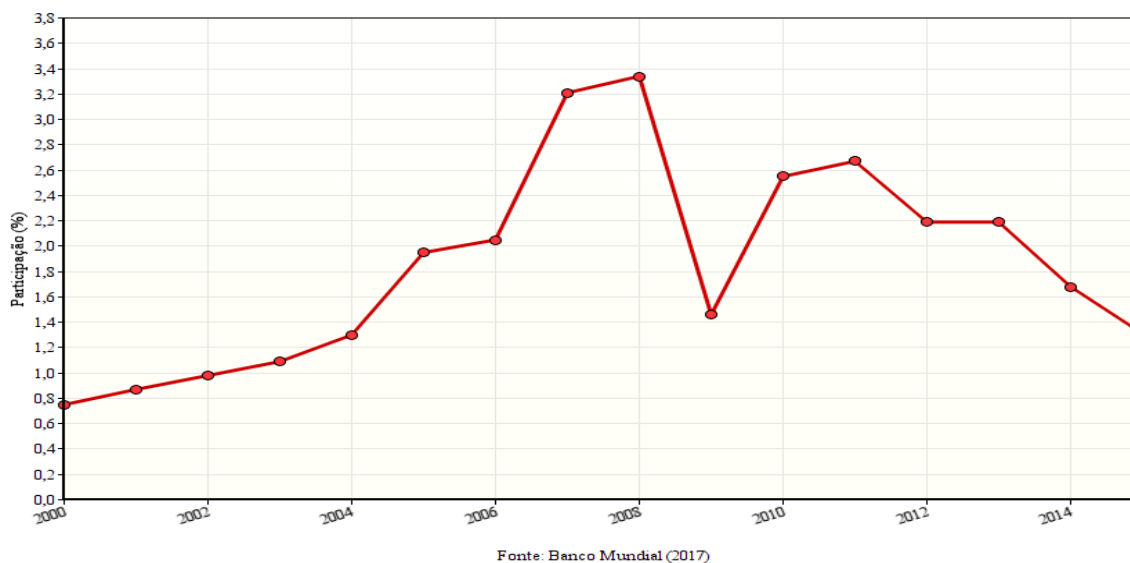
A instalação da empresa S.A. Mineração Trindade – SAMITRI em Mariana, na década de 1960, propiciou a atividade industrial do minério de ferro na cidade, atraindo muitas pessoas que viviam em outras cidades para o município de Mariana. Em 1977, a Samarco Mineração S.A. deu início aos seus trabalhos na cidade e, em 1979, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) começa a construir sua base no município. (HUGO, 2017, p. 19)

A Samarco Mineração S.A. é uma empresa de capital fechado que tem como principal produto as pelotas de minério de ferro destinadas à exportação. Pertencia à S.A. Mineração Trindade (SAMITRI), que foi adquirida pela mineradora Vale S.A. (antiga Companhia Vale do Rio Doce - CVRD) em 2000. Após proceder com a compra das ações da SAMITRI, a Vale vendeu ações da Samarco para a empresa australiana The Broken Hill Proprietary Company Limited (BHP), que em 2001 se fundiu com a inglesa Billiton¹⁵ (VALE, 2000).

A primeira década dos anos 2000 foi marcada pelo aumento significativo das importações globais de minérios. Mansur et al (2016, p. 18) indicam um aumento nas importações de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (correspondente a 630% de aumento), os preços subiram exponencialmente, com o preço da tonelada seca de minério de ferro indo de US\$ 32 em 2003 para US\$ 196 em 2008. Porém, os autores analisam que o atendimento da demanda recaiu sobre poucos países, tendo o Brasil se destacado como um dos maiores exportadores de minério do mundo. Esse período ficou conhecido como o megaciclo das *commodities*, ou o *boom* do minério. De acordo com dados do Banco Mundial (2017), a participação da mineração no Produto Interno Bruto brasileiro entre 2000 e 2012 subiu de 0,75% para 2,19%, (ver figura 5).

¹⁵ Quando a barragem de Fundão se rompeu, em 2015, a *joint venture* entre Vale e BHP Billiton dividia igualmente as ações da Samarco Mineração S. A.

Figura 5: Participação da mineração no PIB brasileiro (2000 - 2015)



Coelho (2015) explica que

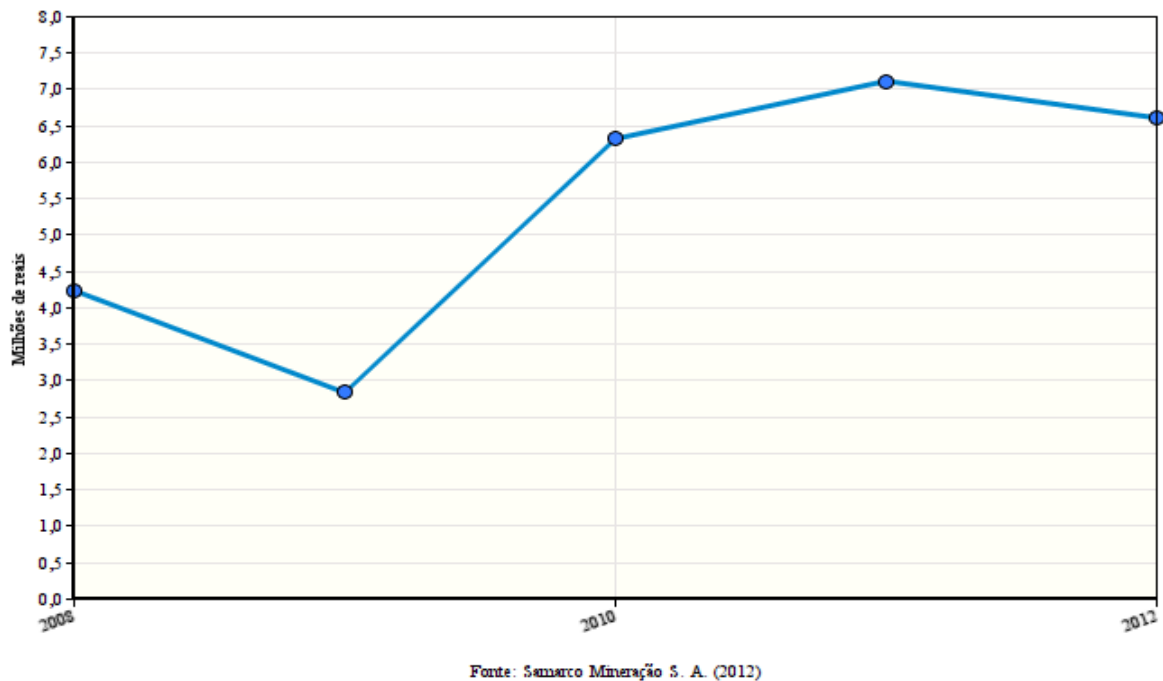
Na última década, a China [passou] a ser o grande consumidor de matérias-primas. Com investimentos em redes de eletricidade, sistemas de transportes e habitação, a China seguiu o caminho da industrialização tradicional de manufaturas com forte intensidade em recursos naturais. A alta demanda por *commodities* minerais está diretamente conectada aos investimentos chineses em infraestrutura, que são abundantes na utilização de minerais como o ferro e o cobre. (COELHO, 2015, p. 77).

Consequentemente, até 2008 o setor mineral teve uma arrecadação crescente, e foi nesse momento de pico nos preços, que a barragem de Fundão entrou em operação para receber os rejeitos¹⁶ de minério do Complexo de Germano, da Samarco, em Mariana. Em 2009, como consequência da crise econômica mundial ocorrida em 2008, houve queda nas exportações brasileiras, em 2010 o mercado deu sinais de melhora, mas a partir de 2012 novamente entrou em declínio. Essa movimentação do mercado mundial foi sentida também pela Samarco, como mostram os dados dos relatórios de demonstrações financeiras¹⁷ da mineradora (ver figura 6).

¹⁶ Rejeito de minério consiste no material diferente daquele comercializado pela mineradora ou um minério com baixo teor, que é dispensado durante o beneficiamento, podendo ser reexplorado posteriormente.

¹⁷ Disponíveis em: <<https://www.samarco.com/relatorios/>>. Acessados em maio de 2019. Ver a seção “Referências” neste trabalho para informações sobre os relatórios específicos utilizados.

Figura 6: Receita bruta da Samarco Mineração S. A. (2008 - 2012)



Em 2007, Godeiro et al discutiam que

os elementos estruturais que permitiram este largo período de “desenvolvimento” capitalista mundial são: em primeiro lugar, uma brutal exploração dos trabalhadores, que ficou conhecida por neoliberalismo, em segundo lugar, o roubo descarado dos países coloniais e semicoloniais, produto de uma verdadeira recolonização dos países pobres. (GODEIRO et al, 2007, p. 15).

Os mesmos autores explicam que estes elementos propiciaram acumulação, concentração e centralização de capital, que foi utilizado para alavancar novos negócios, com as aquisições e fusões de empresas por gigantes multinacionais. Exemplo disso são os dados de que, em 2007, a Vale e a BHP Billiton, juntas, já eram responsáveis por 54% do minério de ferro comercializado por transporte marítimo no mundo (GODEIRO et al, 2007, p. 17).

CAPÍTULO 2 - ABERTURA DE MINAS E FERIDAS

[...]
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?
(ANDRADE, C., Lira Itabirana. 1984)

Queda de preços e barragens: a emergência dos desastres

Como já apresentado na seção introdutória, a partir de 2012, com a diminuição na importação pela China e pelos Estados Unidos, o preço do minério de ferro caiu. Em agosto de 2012, o portal Valor¹⁸ noticiou valores abaixo de US\$ 100/ tonelada. De acordo com a reportagem, um dos principais fatores da diminuição nas importações chinesas, por exemplo, foi “a desaceleração da atividade de construção civil [...], que responde por metade do consumo de produtos siderúrgicos do país, e do excesso de oferta de aço no mercado local” (VALOR, 2019). Essa desaceleração foi resultante da estabilização da indústria voltada para infraestrutura, que deu lugar às crescentes demandas em setores como de serviços e de *commodities* agrícolas (COELHO, 2015, p. 77). Ao longo dos anos anteriores, no período de boom das *commodities*, a dependência econômica do Brasil para com setor mineiro- exportador se aprofundou. O preço da tonelada do minério de ferro foi de US\$ 32 (em janeiro de 2013), atingindo um pico de US\$ 196 (em abril de 2008), mas, a partir de 2012, iniciou uma tendência de queda, atingindo a casa dos US\$ 53 em outubro de 2015 (MANSUR et al., 2016).

Mansur e outros autores (2016, p. 19) investigam em seu trabalho que “há indícios de que existe um aumento do risco de rompimento de barragens no novo ciclo pós-boom do preço dos minérios [...]”. Eles explicam que, de acordo com uma análise dos anos de 1965 a 2009, “observa-se forte correlação entre o ciclo de pós-boom (fase de desvalorização dos preços dos minérios após ciclo de valorização) e o aumento do número de rompimento de barragem” (MANSUR et al., 2016, p.19). Em concordância

¹⁸ VALOR. Preço do minério de ferro vai abaixo de US\$ 100 a tonelada. 27 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/2804142/preco-do-minerio-de-ferro-vai-abaixo-de-us-100-tonelada>>. Acessado em 08 de maio de 2019.

com a análise dos autores sobre os rompimentos ocorridos até 2009, a história se repete no novo ciclo pós-boom do minério. Desde 2012, quando os preços começaram a cair, houve três rompimentos de barragem em Minas Gerais: a barragem de rejeitos da Herculano Mineração, em Itabirito, em 2014; a barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, em 2015; e a barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho, em 2019. Desastres com diferentes magnitudes e desdobramentos, mas característicos do mesmo modo de produção e da mesma lógica de desenvolvimento através da exportação de *commodities*.

Ao me debruçar sobre o que já foi produzido acerca dos desastres, me deparei, em Marchezini (2009), com diferentes abordagens conceituais. O autor apresenta os paradigmas propostos por Gilbert (1998 apud Marchezini, 2009), que incluem: a) *o desastre como agente externo ameaçador* (baseado num modelo de guerra, o desastre é o agente externo que causa impactos, como os desastres da natureza que causam danos); b) *o desastre como expressão social da vulnerabilidade* (riscos e perigos produzidos na e pela modernidade, cujas causas devem ser explicadas como problemas estruturais); c) *desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições* (a incerteza produzida pelas sociedades complexas, vácuos de práticas capazes de reduzir os riscos). Porém, Marchezini afirma que outro autor, Dombrowsky (1998 apud Marchezini, 2009), aprofundou a análise sobre o tema e propôs dois aspectos principais acerca do entendimento sobre os desastres: de um lado, *desastre como um evento*, um agente externo ameaçador, algo conjuntural; de outro, *desastre como um processo social* complexo e dinâmico.

Outra abordagem é da socióloga Norma Valencio, que define os desastres como

acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as estratégias, rotinas e o modo de vida de uma dada coletividade. Isso implica que o desastre deve ser '*considerado como uma crise social associada a um acontecimento físico devastador e a um tempo social*'. (VALENCIO, 2014, p. 3644).

Para Oliver-Smith (1999), a falta de consenso sobre o que é um desastre não é um problema. Existem variantes externas e internas que caracterizam os desastres, isso

dificulta uma definição. A interseccionalidade entre processos e eventos apresentada por Oliver-Smith me levaram à reflexão de Vigh sobre crise: Vigh (2008) analisa a crise **em** contexto (um episódio, um evento, uma ruptura “rápida”) e a crise **como** contexto (uma ruptura permanente, um processo crônico), dando aparato para compreender um desastre como a união desses dois momentos: o evento crítico e o processo crônico (VIGH, 2008). Irei ilustrar essa análise a partir do exemplo etnográfico do vazamento de gás em uma fábrica de pesticidas em Bhopal (Índia), ocorrido em 1984:

Ao estudar o caso de Bhopal, Martins (2016) trabalha questões relacionadas à violência, hierarquização da vida, seletividade da memória e do luto, o desastre e seus desdobramentos. Para compreender as circunstâncias do ocorrido, o autor leva o leitor de volta à primeira metade do século XX, quando a Índia vivenciou uma situação de fome e precariedade alimentar. Nessa época, o governo indiano investiu em uma “revolução verde”, que incluiu, dentre outras coisas, aumentar o uso de pesticidas na agricultura. Nesse cenário, a empresa estadunidense Union Carbide Corporation instalou uma filial na cidade de Bhopal, em 1934. Ao longo dos anos,

Os sucessivos cortes no funcionamento e nos funcionários levaram a que operações sensíveis fossem executadas por pessoal sem experiência, que cessassem operações de manutenção e reparação e a que fossem cortados custos em áreas tão cruciais. (MARTINS, 2016, p. 135)

Na madrugada do dia 03 de dezembro de 1984 houve um vazamento de isocianato de metila¹⁹. O gás inodoro foi levado pelo vento às casas da redondeza, onde pessoas e animais entraram em desespero ao sentir um estranho ardor nos olhos, além de dificuldade para respirar. Na tentativa de fugir e se salvar, correram pelas ruas, aumentando assim a inalação do gás. O autor aponta que com instruções adequadas acerca do que fazer em caso de vazamento de gás, essas pessoas poderiam ter sobrevivido, uma vez que as medidas de resposta incluíam ficar em casa, fechar todas as possíveis entradas de gás e cobrir o rosto com um pano ou toalha molhada (MARTINS, 2016).

¹⁹

Abreviado como MIC, é um gás utilizado na síntese de produtos inseticidas.

Segundo Martins, as estimativas apontam que milhares de pessoas tenham morrido entre aquela noite e as semanas seguintes, vinte e cinco mil nos anos subsequentes, e que atualmente mais de cem mil pessoas possuam sequelas permanentes (BMA & BGIA, 2012 apud MARTINS, 2016). Apesar da dimensão do desastre, o caso de Bhopal é pouco lembrado. Para Martins isso é fruto “dos processos radicalmente diferenciais pelos quais se constitui a ideia de humano e dos sofrimentos merecedores de luto e revolta.”. (MARTINS, 2016, p. 118).

As vidas são defendidas e mantidas diferencialmente, e existem formas radicalmente diferentes através das quais a vulnerabilidade é distribuída através do globo. Algumas vidas serão bastante protegidas, e a revogação das suas alegações à santidade será suficiente para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não encontrarão uma defesa tão rápida e furiosa e nem sequer se qualificarão como vidas “passíveis de luto” (BUTLER, 2004 apud MARTINS, 2016, p. 119).

Assim se explica que, após o desastre, nenhuma comoção pelos mortos ou reconhecimento do sofrimento instaurado às vidas achadas entre os despojos do desastre tenha mobilizado um efetivo ânimo de justiça, fosse da parte do Estado Indiano, da UCC, dos EUA, ou das instituições internacionais. As tribulações que se seguiram ao desastre são expressivas disso mesmo. (MARTINS, 2016, p. 136)

Sobre os desdobramentos do desastre de Bhopal, Martins bebe na fonte de Nixon (2011) para trabalhar o conceito de *violência lenta*. Nixon define violência lenta como uma violência que ocorre gradualmente e invisível, que é dispersa através do tempo e do espaço, e que não é vista como violência de modo algum (NIXON, 2011, p. 2). Além disso, é vinculada ao capitalismo, ao imperialismo, e a visão de desenvolvimento progressivo e inesgotável. Nixon dá exemplos quando fala sobre a exploração de petróleo na Nigéria, do desmatamento nos bosques do Kenia e da construção de mega-represas na Jamaica e África do Sul.

Martins (2016) aciona o conceito de *violência lenta* para discorrer sobre os processos que se seguiram após o evento crítico (o vazamento de isocianato de metila na fábrica da Union Carbide). Um primeiro aspecto é a luta por compensações por parte dos sobreviventes, que esbarrou num acordo firmado sem consulta às vítimas. Com base nesse acordo, o governo indiano recebeu 470 milhões de dólares da Union Carbide; os

processos cíveis e criminais contra as empresas (tanto a sede Union Carbide Corporation, quanto a filial indiana Union Carbide India Limited) foram anulados; o valor pago não impediu que a UCC mantivesse sua atividade econômica; e após ser dividido pelo governo indiano entre as vítimas, o total individual de menos de 500 dólares, que foram pagos em parcelas mensais de 200 rúpias, se mostrou insuficiente para cobrir as despesas médicas dos sobreviventes. (MARTINS, 2016, p. 137). O segundo aspecto levantado por Martins é a impunidade. Em 1991 o Supremo Tribunal Indiano revogou a anulação das acusações criminais, que havia sido decidida no acordo entre a empresa e o governo. No entanto, Warren Anderson (CEO da Union Carbide, falecido em 2014) nunca compareceu na Índia para responder por homicídio culposo. Mais tarde, em 2010, oito altos funcionários indianos da Union Carbide India Limited foram acusados com multas e penas de prisão de até dois anos. O terceiro aspecto é a contaminação, já que a área da fábrica e seus arredores permanecem fortemente contaminados. Além dos elevados níveis de toxicidade do solo e das águas subterrâneas, que ao longo das últimas décadas serviram para o consumo das populações que tiveram que voltar a residir nas áreas afetadas pelo desastre.

A vivência do desastre em Mariana

Trazendo a análise para o desastre de Mariana, ZHOURI et al (2017) discorrem que esse desastre também não se limita ao evento crítico, ou seja, ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. Ele se desdobra “em processos duradouros de crise social, frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social” (ZHOURI et al, 2017, p. 34). A impunidade observada tem se constituído de forma muito parecida com o que Martins (2016) apontou no caso de Bhopal, já que as empresas (Samarco Mineração, Vale S. A., e BHP Billinton) seguem sem condenação,

foram feitos acordos sem a participação dos atingidos²⁰, e já se fala na retomada das operações da Samarco em Mariana²¹.

Não obstante, os enquadramentos conceituais, medidas e ações que envolvem a negociação dos efeitos do desastre e que contam com uma participação ativa e diretiva da empresa tem contribuído para agravar o sofrimento social das vítimas do desastre no Rio Doce. Permite-se que as companhias (Samarco/ Vale/ BHP Billinton) interfiram no processo da definição de ações de reparação e indenizações, fato que corrobora para assegurar os interesses das empresas em detrimento dos direitos dos atingidos. (ZHOURI et al, 2017, p. 58)

A *violência lenta* sofrida pelas vítimas desse desastre já perdura por mais de três anos, com consequências diversas para as relações sociais, para a saúde física e psicológica dos atingidos, e para as perspectivas de retomada do controle de suas vidas. No epicentro desse desastre estão as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, Pedras e Barra Longa, que foram devastadas pela onda de lama que soterrou e interrompeu histórias, projetos, relações de vizinhança, práticas sociais, quintais, criações e modos de vida. A partir do rompimento da barragem, iniciou-se um processo de vivência do desastre, que está além da passagem da lama pelas comunidades ou das casas que foram destruídas, uma afetação que tem se desdobrado desde o dia 05 de novembro de 2015. Não obstante, o núcleo municipal, Mariana, enfrenta também as consequências do desastre em curso.

Durante a realização do trabalho de Cartografia Social junto à algumas famílias do subdistrito de Paracatu de Baixo, os relatos ligados à vivência do desastre estiveram relacionados às lembranças sobre o dia do rompimento, às questões de segurança, aos projetos que foram interrompidos, às estratégias de retomada da vida, ao sofrimento social, à relação com as instituições e à vida na cidade. Além disso, um levantamento no jornal A Sirene também evidenciou a lida de atingidos tanto de Paracatu de Baixo quanto

²⁰ Ver “O “acordão” e outros desdobramentos jurídicos”. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

²¹ CBN. Samarco deve retomar atividades em 2020. Disponível em: <<<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/262066/samarco-deve-retomar-atividades-em-2020.htm>>>. Acesso em 29 de junho de 2019.

de outras comunidades, nesse processo desencadeado a partir do rompimento da barragem. As falas tratam de questões de saúde, qualidade de vida e reparação. Outra fonte utilizada foi o compilado de relatos de atingidos durante o seminário *Mariana três anos depois*, realizado no dia 3 de novembro de 2018, em Mariana. Também foi possível identificar, em depoimentos do prefeito Duarte Junior à mídia, as dificuldades que a cidade de Mariana tem vivenciado. E em interlocução com a presidente e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não” (que defende a retomada das atividades da empresa), identifiquei também o desastre perpetuado e a dependência entre o município e a mineradora (que será melhor analisada no capítulo 3 deste volume). A partir desse material, procedi a análise do tema “vivência do desastre”, abarcando o dia do rompimento, sofrimento social, patrimônio, trabalho, autonomia e reparação. Pretendi contemplar as questões já mencionadas, que estão presentes nos relatos, mas sem a intenção de limitar o debate ou reduzir a complexidade dos processos à essas categorias analíticas.

Quando a notícia sobre o rompimento da barragem chegou a Paracatu de Baixo, muitos moradores duvidaram que fosse verdade. Alguns haviam ido à Mariana ao longo daquele dia e tudo parecia bem, o dia 5 de novembro era mais uma quinta-feira comum. E., contou que próximo às 17h um helicóptero do corpo de bombeiros fez o alerta que deveria ter sido feito por uma sirene da Samarco: “5 minuto. Deixou o povo doido. 5 minuto pro povo tirar só o documento” (E., atingido de Paracatu de Baixo, 2017). Segundo ele, quando a lama chegou, no início da noite, havia pessoas idosas ainda em casa, que correram pelo mato até encontrar um local seguro.

L., também de Paracatu de Baixo, relatou o horror vivido pela família: “Elas agarraram uma na outra e “*eu não quero morrer*” e abriu a boca pra chorar. [...] Dona H., meu marido que carregou, foram revezando. Ela não andava. E ela falando “*vai embora gente, me deixa aqui*”.” (L., atingida de Paracatu de Baixo, 2017).

O pouco tempo que os atingidos tiveram para salvarem suas vidas está relacionado à ausência de uma sirene que deveria soar em caso de rompimento de barragem, além da inexistência de um plano de contingência para situações como esta. Sobre isso, ZHOURI et al. (2016b) discorrem que

no caso específico dos empreendimentos da Samarco (Vale/ BHP Billiton), os riscos de um possível rompimento e as medidas que deveriam ter sido tomadas para evitá-lo já eram conhecidos pelas autoridades ambientais, anteriormente ao evento. Em perícia realizada a pedido do Ministério Público do estado de Minas Gerais, o Instituto Prístino alertara, ainda em 2013, para o fato de que a barragem do Fundão, da Samarco, e a pilha de estéril União, da mina Fábrica Nova, empresa Vale, faziam limite entre si, caracterizando sobreposição de áreas de influência direta, com sinergia de impactos. O laudo recomendava, já naquele momento, o periódico monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem; e destacava a necessidade da apresentação, por parte do empreendedor, de um plano de contingência para situações de risco ou acidentes [...]. Tais recomendações contrastam com a real inexistência, na área do empreendimento, do mais elementar sistema de alarme sonoro, destinado ao alerta da população do entorno em casos de acidente ou agravamento de riscos. (ZHOURI et al., 2016b, p.51)

J. narrou, com detalhes, a chegada da lama. Ele e vários outros moradores desconheciam que os rejeitos pudessem atingir Paracatu, foram informados sobre o rompimento através do rádio, de familiares que estavam em Mariana e da internet, antes do helicóptero do corpo de bombeiros sobrevoar dando o aviso sobre os cinco minutos para fugirem para os lugares mais altos possíveis.

Aí meu compadre passou pra rua [...] na volta ele chegou, [...] parou o carro e eu falei "Desce". [O compadre respondeu]: "Não, espera um pouquinho aí que eu tô escutando uma coisa que tá falando aqui da Samarco". Eu mesmo num tava sabendo da história ainda não. Aí ele falou: "Ah, a barragem da Samarco arrebentou". Aí mandei minhas meninas pegar o computador de galope, porque na internet podia mostrar né? [...] Elas foi lá, viu o sinal falando que era as barragem antiga [...] Aí ligou o rádio, escutou, deu no rádio mesmo. [...] Aí liguei pro meu filho mais velho [e ele] falou assim: "Oh, papai, um colega meu mandou mensagem pr'aqui, a barragem estourou". Eu falei: "E aí, será que tem perigo aqui onde que eu moro?" Aí ele comigo: "Ah papai, deixa de ser bobo, água não vai aí não" e eu concordei, porque eu conheço a área lá e fiquei naquela, porque era época de seca e como na região eles garimpavam muito, na região tinha muito buraco de garimpo, a hora que a água viesse, ia entrar naqueles buraco. E a água? Eu não pensei que ia chegar tão alto aqui [...] Aí com pouco vem o helicóptero descendo no rumo do rio.[...] Aí os meninos tava aí, falou "vamo lá ver o helicóptero, vamo lá" porque os meninos não conhece helicóptero, entendeu? Aí juntamo tudo dentro de um golzinho quadrado que eu tinha, as meninas e eu também fui com eles, lotou [...] Aí quando o helicóptero acabou de pousar, nós chegamos, mas não conseguiu ir perto. Na hora que nós tava querendo, o pessoal acabando de sair do carro, aí já veio dois homens do helicóptero já descendo em encontro nosso, veio correndo mesmo: "Oh gente, pelo amor de Deus, chama todo mundo, corre com todo mundo pro alto agora, porque Bento Rodrigues

estourou lá, a represa estourou lá da Samarco em Bento Rodrigues, eles destruiu Bento Rodrigues. Dou 5 minutos procês correr pro lugar mais alto que tiver”. Aí nós já entrou no carro com as meninada, já veio correndo, tudo doido, de galope. As mulher que já veio aproximando pra ver o helicóptero de perto, saiu correndo pra trás, chorando com as crianças. [...] Aí quando foi na faixa de 20:30 mais ou menos nesse horário, a luz da rua desligou tudo. A lama chegou. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017)

O dia do rompimento de Fundão deixou marcas profundas também na memória. Muitos atingidos não quiseram falar com a equipe do GESTA sobre suas experiências, tampouco quiseram conversar sobre o dia do horror. Durante a oficina de elaboração conjunta das páginas do boletim da cartografia social de Paracatu de Baixo, um momento em que as pessoas da comunidade deveriam escolher - dentre outras coisas - quais relatos e quais fotos iriam compor o boletim, o grupo de trabalho intitulado “vivência do desastre” foi o que teve menor participação. O que a antropóloga Veena Das, em sua experiência com mulheres que viveram o processo de Partição da Índia em 1947, definiu como uma “pesada cortina de silêncio indicando uma presença oculta” (DAS, 2011, p. 11), vemos na narrativa dos atingidos de Paracatu de Baixo essa presença oculta do que alguns chamaram de “o dia do horror”. A não verbalização de suas memórias é resultado do que Das (2011) explica ser uma dinâmica subjetiva que permite aos sujeitos refazerem suas próprias vidas frente a certos contextos de dor e sofrimento. “Esse tipo de gestão da memória baseada no ato de silenciar, afirma Pollak (1989: 5), não se refere propriamente a um esquecimento. [...] Nada se fala, pois se quer seguir adiante” (BISPO, 2016, p. 260). Em silêncio, as poucas pessoas ao redor da mesa ouviam a leitura de trechos como da fala de J., e com poucas palavras ou apenas algum gesto, concordavam com o que o morador de Paracatu nos contou:

[...] Aí chegou aquela zueirada, porco gritando, galinha gritando, cachorro gritando, as madeiras e as paredes da casa caindo [...]. E aquele trem de louco. E a noite tava escura. Nosso Deus, acabou com tudo! Aí quando foi 2 horas da manhã, mais ou menos [...] colocamos minha mãe nas costas, com a lanterna que tinha saído, passamos de banda, de alto a alto, saindo com ela. Aí a hora que chegamo lá tinha muito carro da Samarco, o pessoal socorrendo também [...]. Mas é uma coisa de louco, dá pra ficar com a cabeça quente. Eu fiquei uns três dias com aquela zueirada da lama na minha cabeça e as criação latindo. Uns três dias com aquilo na minha cabeça. Porque é o grito mais triste que tem, aquele grito mais triste, morrendo. A gente tá vendo as

coisas morrer, sentindo que tá morrendo e não pode salvar e só aqueles gritos mais triste do mundo. Ah, não! Aquilo ficou gravado muitos dias na minha cabeça. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017)



7: Cerca de bambu destruída pela lama
(Fonte: Acervo Gesta, 2017)

Figura 8: Marcas da lama na igreja de Paracatu
(Fonte: Acervo Gesta, 2017)

Para quem estava em Mariana, como a fundadora e presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, a notícia sobre o rompimento da barragem de Fundão se seguiu de muitos telefonemas e tentativas de contato com familiares e amigos que viviam em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

No dia cinco de novembro [de 2015] eu tinha duas lojas na cidade. E quando foi naquele momento [do rompimento da barragem], no grupo da minha loja, uma funcionária da Samarco que era cliente minha, mandou no grupo da loja que tinha acontecido um acidente, que a barragem tinha rompido. Mas ela não sabia a proporção, porque ela trabalhava na parte de escritório e a gente já ficou meio apreensivo. Eu lembro que eu escrevi assim: "Que Deus abençoe, que não tenha nenhuma morte.". Aí quando passou um tempo, eu liguei pro meu marido e falei com ele assim: "Amor, a barragem da Vale rompeu.". Ele falou assim: "Você já avisou seu pai e sua mãe?". Eu falei: "Não. Por quê?". Ele: "Porque a barragem passa no Bento". Meu pai e minha mãe estavam morando no Bento. E quando chegou [a lama], eu tentava ligar e já não conseguia mais. E eu fui e liguei pros meus irmãos, e meu irmão falou: "Não, deve ser só um dique.". Porque meu irmão também trabalha na mineração e ele viu a proporção. Se fosse um dique ele tinha noção de quantidade. Eu falei: "Ah, cê olha aí e me informa.". E naquilo, já começou as mídias ligarem pra comércios pra tentar achar alguma informação. E eu peguei e comecei a desesperar. Meu marido pegou e falou assim: "Vai pra lá. Que eu tô em Cachoeira. Daqui a pouco eu chego aí.". Meu irmão passou e me pegou. Meu outro irmão me ligou e falou assim: "Realmente foi a barragem, vão bora.". Quando eu estava saindo da minha loja, meu telefone tocou e era meu pai. Meu pai falou assim: "Socorre a gente aqui no Bento, porque o Bento alagou.". Quando fala "alagar" a gente entende água. [...] Quando eu cheguei lá, meu irmão já tava chorando, e minha cunhada, porque eles tinham falado

que minha família já tava toda morta. E quando eu olhei assim, eu não conseguia enxergar a estradinha do Bento, porque a proporção da lama era muito alta. E eu falava assim: "Não, eles tão vivos, porque pai me ligou me pedindo pra gente vir socorrer". Só que eu tinha aquele sentimento... ele falou água... eu tô vendo lama... será que eles tão vivos mesmo? Mas eu tinha que passar segurança pros meus irmãos de que eles estavam vivos. E aquilo, as horas foram passando, foram passando, e começou a chegar as informações que tinha sobreviventes, que tava no alto do morro, e aí a esperança da gente cada hora mais ia crescendo. E quando deu umas oito horas da noite, um pessoal que a gente conhece, conhecia as trilhas e passou pela trilha. Eram pessoas mais jovens, e trouxeram notícias. Que eles estavam vivos, que tava um pouquinho machucado devido à correria, porque meu pai teve que salvar meu avô e minha avó de 86 anos, minha vó com dificuldade pra andar, meu avô andando pouco. (P., fundadora e presidente do movimento Justiça sim, desemprego não, 2019).

As famílias dos trabalhadores da Samarco e das empresas terceirizadas que prestavam serviços à mineradora, receberam seus entes queridos em choque, como contou A.:

Meu irmão tava trabalhando em cima da barragem. Meu irmão trabalhava na área da Samarco, numa contratada. Ele tava trabalhando. E ele falou que fez um serviço de manhã e depois eles foram pra outro lugar. Eles iam voltar, mas não deu pra eles voltarem pro mesmo lugar e aí foram fazer outro serviço. [...] Meus parentes começaram a me ligar porque meu irmão tava lá, e a gente ligava pro meu irmão e já não conseguia falar [...] e aí eu descii, não lembro o que eu vim fazer, quando eu voltei, meu irmão já tava lá, em prantos [...] meu irmão chorou muito quando ele chegou em casa, porque teve amigos dele que foram junto com a barragem. (A., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019)

E como relatou K., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, vários moradores de Mariana se envolveram na coleta de doativos e no voluntariado para prestar apoio aos atingidos que chegavam das comunidades rurais arrasadas pela lama. Houve também grande comoção nacional e mundial, com a divulgação feita pelas mídias, e naquele momento, todos os olhos se voltaram para o que ficou conhecido como o maior desastre já ocorrido no Brasil.

[No dia do rompimento da barragem] eu tava vindo de Belo Horizonte. E no meio do caminho, depois de Alphaville, uma amiga minha me ligou, falando que a barragem tinha rompido. [...] Foi muito difícil quando eu cheguei aqui, que a gente se deparou e viu a situação, eu no mesmo momento já subi pra minha casa e separei roupa, roupa minha, roupa dos meus filhos, calçados... E levei lá pra arena. Publiquei no meu Face [a rede social Facebook], que poderiam entrar em contato comigo no meu telefone, que eu iria buscar doativos. Alimentos, roupa, calçados [...]. E aí eu fiquei uns três ou quatro dias, o tempo que tava precisando de doação, parei quando eles falaram que não precisava mais. Mas fiz isso, busquei o dia inteiro [...] eu passava na rua e o pessoal gritava [...] a união que a cidade, naquele momento criou, foi uma coisa linda. (K., ex- membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

Entretanto, a chegada dos atingidos à Mariana não foi o início de uma grande comunhão. De acordo com relatos coletados durante as oficinas de cartografia social do GESTA, pude perceber que a chegada dos atingidos ao mesmo tempo em que a Samarco tinha suas atividades paralisadas e reduzia seu quadro de funcionários, gerou um grande estigma dos atingidos como “o outro”, que era culpado pelo desemprego. D., atingida de Paracatu de Baixo, contou: “[...] eles xinga mesmo [...] xinga o povo do Bento, de Paracatu, xinga mesmo. Igual eu to falando com você, faço questão, pergunta da onde que eu sou, eu falo que sou de Mariana. Daqui [de Paracatu] não, porque eles xingam demais” (D., atingida de Paracatu de Baixo, 2017).

A ideia de haver o “marianense da gema” e “o outro”, o de fora, o que não pertence ao lugar, já apresentada neste trabalho pelas reflexões de Costa (2017), se mostra como o trampolim do processo de discriminação dos atingidos. Mas essa visão não se mostra hegemônica. Em conversas com meus interlocutores, percebi diferentes posicionamentos, tanto ligados à uma separação entre “o povo marianense” e “atingidos”, quanto ligados à ausência de qualquer distinção. Se por um lado ouvi coisas como “as primeiras pessoas a ajudarem os atingidos diretos foi o povo marianense” (P., fundadora e presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019), por outro também ouvi que “[...] não tem uma coisa de distinguir, “ah esse aqui é do Bento, ah esse aqui é de Paracatu”. Não. Acho que hoje a gente anda na rua, a gente nem conhece quem é quem, porque, assim, a cidade é deles também.” (K., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019). Afinal de contas, Mariana é dos marianenses ou Mariana é de todos? Seja qual for a resposta, os subdistritos e as comunidades rurais também fazem

parte de Mariana. A questão é: Como a identidade marianense foi forjada historicamente, construindo o “eu” (o marianense trabalhador das minas, ou o “marianense da gema”) e o “outro”, o não pertencente a essa dimensão? Mais que isso, como isso se converte em matéria prima para percepção desse novo outro, o atingido? Isso aponta para uma prática recorrente das grandes empresas, que consiste em minar qualquer possibilidade de organização política, criando conflitos de interesses entre grupos. G., demonstrou à equipe do GESTA/ UFMG grande insatisfação com as ações da empresa nesse sentido: *“Na verdade, a Samarco tá numa mentirada danada, num rolo danado. Ela vai empurrando esse povo aí com a barriga, tentou desunir a comunidade toda, e que conseguiu, começando pela comissão, desuniu tudo.”* (G., atingido de Paracatu de Baixo, 2017). A construção sobre quem é o outro está ligada à construção de um inimigo. Nesse caso, havendo o conflito entre aqueles que estavam ficando desempregados e aqueles que buscavam reparação dos danos sofridos, colocando atingidos numa posição de responsabilidade pelo desemprego, trabalhadores numa posição de responsabilidade pela demora na reparação, e retirando de foco a mineradora, responsável pelo desastre. Como bem colocado por Zhouri e outros autores (2016b, p. 55)²², “o próprio ato de alojar os desabrigados em hotéis diversos na cidade e, posteriormente, em casa alugadas, muitas vezes distantes uma das outras, teria dificultado a articulação dos atingidos”.

O sofrimento social, assim como o dia do rompimento, envolve diferentes experiências, diferentes dores, e diferentes grupos. Não ao acaso, já que o próprio conceito de sofrimento social

permite evidenciar que as aflições e dores vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social. (DAS et al, 1996; KLEIMAN, 1998 apud ZHOURI et al, 2016b, p. 56)

²² ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia M. Capítulo 2: O desastre de Mariana: Colonialidade e sofrimento social. In.: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume Editora, 2016b. p. 45 - 65.

Os atingidos de Paracatu de Baixo, por exemplo, que tinham seu modo de vida baseado na agricultura e na pecuária, não tão dependentes da renda proveniente da mineração, tiveram que lidar com o solapamento de suas práticas e formas de organizar a vida. Exemplo disso é o relato de D., sobre as relações de troca e vizinhança, que foram rompidas: “*Era muito difícil nós comprar verdura. Quase não comprava não. Um passava pro outro. Agora tudo é comprado. Se lá [em Mariana] a gente não tiver dinheiro e quiser comer uma folha de couve, a gente não come.*” (D., atingida de Paracatu de Baixo, 2017). Os modos de vida presentes na comunidade de Paracatu de Baixo se diferiam muito do que é experimentado hoje pelos atingidos, em Mariana. A gestão do próprio tempo, do território, dos quintais, as relações de trabalho, vizinhança e parentesco (que por vezes se entrelaçavam), eram outras.

Wanderley (1996) entende agricultura familiar como uma condição em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, é a mão de obra do estabelecimento produtivo. Porém, trata-se de um conceito genérico, porque essa relação propriedade-trabalho abarca diversas situações específicas, dentre elas o campesinato. Para a autora, “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas [...] por um espaço produtivo, [e] pela constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 1996, p.8). E essas lutas são muito marcadas pela errância, pela busca por autonomia e por saídas compulsórias.

Uma vez estabelecida na terra, a família camponesa busca garantir o suprimento de suas necessidades, o espaço produtivo e o patrimônio familiar. Wolf (1976) analisa essa organização econômica da família a partir de três “fundos”: Um primeiro, relacionado ao consumo e a produção familiar (a despesa da família), chamado *fundo de manutenção*. Um segundo fundo, relacionado às despesas com atividades sociais e religiosas, chamado de *fundo cerimonial*. E um terceiro, aplicável às famílias que não possuem terra e utilizam terra de outrem, devendo pagar por isso (seja com trabalho, bens ou dinheiro), o chamado *fundo de aluguel*.

J., falou sobre a constituição do patrimônio de sua família:

[...] nós somos herdeiros, nós somos 9 filhos [...] Aí o que aconteceu... Os filhos vai casando "Ah mãe vou fazer uma casa ali". Eu fiz a minha, a minha

irmã a mesma coisa, o P. [irmão] a mesma coisa, mas o terreno tá todo sem partir ainda. [...] Essa área toda é minha... é minha, mas é igual eu tô te falando, eu cuidava porque tinha as criação, mas num tem nada partido, igual eu tava te falando, lá eu punha minhas criação, mas o terreno não é meu, é do bolo ainda. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017).

Ele fez referência à “terra no bolo”, a terra de herança, de uso comum, que não havia sido repartida de forma legal entre os herdeiros, em que a posse é definida e demarcada pelo uso de cada membro da família. Galizoni (2002, p. 3) afirma que “*os pesquisadores que se debruçam sobre o estudo das unidades familiares na agricultura deparam-se constantemente com [esse] dilema enfrentado de formas diversas por estes grupos, de suma importância para sua sobrevivência: o fracionamento das terras*”. Por ser o principal meio de produção e patrimônio, diz a autora, exige estratégias por parte das famílias para garantir sua manutenção frente à pressão demográfica e a exaustão do ambiente, sendo a herança a principal forma de permanência no território. Woortman (1983) apresenta uma reflexão parecida, quando discute os padrões de ocupação e transmissão de terra baseados em princípios de parentesco. E Wolf (1976) aponta duas formas de sistematizar a herança: uma em que há somente um herdeiro, chamada herança sem partilha; e outra em que há vários herdeiros (como é o caso da família de J.), essa chamada de herança por partilha.

Na fala de J. é possível identificar o desejo de manutenção desse patrimônio e da continuidade da herança partilhada, algo que toma outros moldes a partir das medidas de reparação adotadas pelas empresas.

Meu menino, ele ia construir ali, ao lado do pé de goiaba até na estrada, [...] já tava com a terraplanagem toda prontinha, a teia tá toda entupida, por baixo desse pé de goiaba, tá toda entupida porque a lama veio e entupiu. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017).

Já a Sra. A. relatou o estabelecimento de sua família em Paracatu, inicialmente num terreno de herança sem partilha, e que, pouco a pouco foram adquirindo os terrenos ao redor, para garantir o patrimônio familiar e a produção. Aqui, há um exemplo claro do

que Wanderley (1996) fala sobre a produção camponesa como uma produção que vai além da subsistência, uma vez que há o esforço para garantir um espaço produtivo e o crescimento do patrimônio familiar, visando o *horizonte de gerações*.

Em 94, mais ou menos, que eu fui morar em Paracatu. E com isso a gente foi construindo a nossa vida ali no que era de herança, e aos poucos a gente foi comprando o que era dos vizinhos, pra aumentar os terrenos da gente pra gente começar a criar gado, o gado de leite. E era lá que ele [marido da Sra. A.] tinha a fonte renda dele. (A., atingida de Paracatu de Baixo, 2018).

A organização e o planejamento sobre o próprio quintal e sua produção pode garantir uma fonte de renda e a manutenção da família. A natureza qualitativa da produção do Sr. J. é demonstrada na fala acerca de seu *fundo de manutenção* (WOLF, 1976):

Olha, os porcos era só pra despesa que a gente tinha, ficava pra despesa, quando ele era muito grande a gente vendia pros amigos, um pernil, um pedaço pros amigos, porque a minha família era grande, então sempre dava pros irmão da gente, entendeu, um pedacinho. Verdura também a gente dava pros amigos, igual a gente tinha horta grande, a gente dava pros amigos, e aí ia indo... Boi mesmo, as criação de gado, principalmente, que o pasto era pequeno, quando era mais criação, a gente vendia também, e a gente fazia desse tipo também. [...] Leite, a gente fazia um queijozinho quando tinha mais quantidade de leite, quando não tinha muito leite também, era só pra despesa, quando aumentava bastante, a gente vendia, fazia um queijo, dava pros amigos, aí era assim. [...] Ovos tinha bastante, galinha botadeira, tinha muita galinha botadeira, pintinho novo, tinha muito pintinho. Aqui tinha tudo com fartura, ganhei muita coisa. Vendia, tinha vez que vendia ovos, tinha vez que tinha muita galinha e vendia ovos. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017).

Conforme apontado por Chayanov (1981), o eixo central são as necessidades da família/ a despesa/ o orçamento, e é possível inclusive a venda de sua produção no mercado.

Van Daer Ploeg (2006) analisa o modo de produção camponês e a atualidade do campesinato, entendendo a agricultura familiar numa variedade de formas, com algumas práticas mais voltadas a uma produção empresarial e outras mais voltadas a uma produção camponesa. Ele aponta para a intensificação do valor agregado, com

reaproveitamento e reutilização de recursos do próprio sistema para tornar o processo mais eficiente. No caso apresentado, Paracatu de Baixo tinha famílias tendendo tanto para o modo de produção camponês, quanto para o modo de produção empresarial. J. relatou a pluriatividade e a alternatividade adotadas no suprimento das necessidades da família ao dizer:

Aqui tinha muita coisa plantada. Aqui também tinha um canteiro de mandioca grande, olha. Canteiro de mandioca, aqui tinha bananeira, ali também, moita de bananeira. Porque eu gostava, quem mora na roça, eu gostava de plantar de tudo um pouquinho. [...] Óh, de verdura mesmo, [comprava] era tomate. [...] Mas no mais, tinha tudo quanto é verdura com sobra, tudo. Dava pros outros. Porque tomate na roça num vinga bem não, só tomate que a gente comprava. Carne, principalmente, a gente não comprava carne, porque a gente tinha de tudo. [...] Porco a gente engordava, igual vocês viu, matava um porco, quando acabava aquele, já tava nos dias de matar outro. [...] E aí rodava o rodízio, a gente quase não comprava certo tipo de coisa, mais era sal e açúcar, arroz, quase que o açúcar nem precisava porque ultimamente, se não tivesse vaca, principalmente boi, a gente podia cortar cana, fazia pinga, vendia a pinga e comprava o açúcar, com o próprio dinheiro, né o rodízio. (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017).

Esse é um exemplo que se encaixa muito bem no que já foi discutido acerca da produção mais voltada para o modo camponês, no terreno de J. os elementos eram reaproveitados no circuito produtivo, minimizando a entrada de insumos, com o objetivo de garantir os fundos de manutenção e cerimonial.

Por outro lado, na mesma comunidade havia a família de A., que possuía um rebanho de vacas leiteiras. A produção era mais voltada para o modo empresarial, houve investimento no negócio com insumos externos ao sistema produtivo, o leite que saía do terreno era uma mercadoria, e os *fundos cerimonial e de manutenção* da família dependiam do lucro na venda. A. contou o seguinte:

Nós começamos com uma vaca, gente. Uma vaca. Nós começamos com uma. Tirando leite, trabalhando ali, até que foi prosperando, aí começa a mexer, aí ele [Sr. C., esposo da Sra. A] faz curso de inseminação, aprendeu a fazer, aquela coisa toda, contrato, investimento de vida. (A., atingida de Paracatu de Baixo, 2018).

Atualmente, as famílias atingidas tentam seguir com suas vidas no ambiente urbano de Mariana, longe do modo de vida que tinham em Paracatu de Baixo, tentando se adaptar às novas exigências que se levantam, à uma nova forma de organização do tempo e da vida. J., que decidiu não vender sua força de trabalho, trabalha na feira, em Mariana, vendendo pastéis, caldo de cana e outros aperitivos, mantendo - de certa forma - sua autonomia. Conta com a ajuda da família na produção e na venda, e segue com a reivindicação já relatada em 2017: *“é um ditado que eu falo com eles, eu quero o que é meu, não quero não que é deles, eu quero o que é meu.”* (J., atingido de Paracatu de Baixo, 2017). A família de A. se estabeleceu em Mariana, conseguiram adquirir um terreno, construir uma casa. Para ela, um passo importante na retomada da autonomia na gestão da vida. A. segue em seu trabalho como professora, mas devido à dificuldade de fazer o manejo adequado do rebanho que fica em Paracatu, tem sido difícil manter o negócio com gado de leite, e a família já analisa outras possibilidades de garantir sua manutenção, embora, para C. [esposo de A. e também atingido de Paracatu de Baixo], trabalhar como assalariado seja uma decisão difícil (que envolve a perda de autonomia sobre a produção, sobre seu próprio corpo, seu tempo e sua força de trabalho).

[...] Agora tem que ver questão de emprego, que meu marido vai ter que arrumar um jeito de começar a ganhar dinheiro também, porque lá a gente mexia com gado de leite, [...] nesses dois anos o nosso negócio foi por água abaixo. Acabou. Zerou. A gente não consegue nem tirar leite mais. [...] Quando ele faz a opção por ficar com a família, o negócio não teve como caminhar. [...] Ah, ele [Sr. C.] por enquanto tá insistindo. [...] Mas também, assim, é muito difícil, né? A gente, quantos anos morando em Paracatu? [...] E aí eu entendo o lado dele, pra ele agora abrir mão de tudo [...]. Acho que ainda fica um pouquinho assim, né, "Quem sabe? Quem sabe isso melhora? Quem sabe volta a produzir?". Então ele ainda tá mantendo as vacas. Aí vamos ver quanto tempo ele vai conseguir fazer isso. Mas no ritmo que já vai, ele vai acabar tendo que abrir mão mesmo. E pensar em fazer outra coisa aí. (A., atingida de Paracatu de Baixo, 2018).

Wanderley (1996) aponta que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno acabam por gerar um agricultor portador de uma tradição camponesa, capaz de adaptar-se às diferentes exigências da sociedade em que está inserido. Essa adaptação,

entretanto, não rompe com a ordem moral que o camponês carrega. Woortman (1990) discorre sobre um conjunto de valores - uma ética campesina - que envolvem terra, trabalho, família e liberdade, e orientam a organização da vida campesina. O autor afirma a não existência de um camponês puro, mas sim de uma campesinidade em graus distintos, que comporta a adequação a um modo de vida estabelecido pelo contexto social como uma estratégia para a manutenção da autonomia da família. No contexto de crise vivido pelas famílias de Paracatu de Baixo, a adaptação ao ambiente urbano e à rotina de reuniões, a busca por uma reparação justa pelos danos e a ausência das práticas campesinas comuns à família, são marcadas por um processo de sofrimento e tentativa de retomada do controle sobre a própria vida. Apesar disso, atingidos e atingidas traçam cotidianamente estratégias de resistência, de manutenção mínima de seus modos de vida como agricultores familiares, de reestruturação do patrimônio familiar, de continuidade de suas práticas cerimoniais, e principalmente de garantia de sua autonomia.

Com uma vivência diferente, os antigos moradores do meio urbano de Mariana organizavam suas vidas muito mais entorno da mineração, a atividade responsável pela maior parte da movimentação de renda na cidade, e os efeitos do desastre também se perpetuam no setor econômico e consequentemente no modo de vida urbano. Segundo dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Mariana, no último ano foram feitos 30.914 atendimentos na unidade, uma demanda que “seguiu a linha da paralisação das atividades da Samarco que afetou toda a cadeia econômica da cidade” (SINE, 2019). Desse total, foram cadastrados 15.449 desempregados até o final de 2018, com efetiva colocação no mercado de trabalho de cerca de 1.300 trabalhadores (SINE, 2019). A suspensão das atividades da Samarco teve efeitos sobre muitas pessoas, além de seus empregados propriamente ditos, como explicou com detalhes a entrevistada K.:

Se hoje tem, vamos supor, tem uma pessoa que tá desempregada, ela atinge não só ela. É como se fosse um efeito dominó. Pensa num efeito dominó. Se ele cai, ele sai derrubando outras peças. Então assim, se hoje eu tô empregada, eu tenho dois filhos, eu vou precisar de alguém (nem que seja meio período) pra ficar na minha casa, ou pra mandar pra escola, ou pra fazer um almoço, tendo em vista que eles já são grandinhos. Então, assim, essa pessoa, hoje eu já não tenho. Se antes eu fazia um cabelo num salão, [...] hoje eu tenho um secador em casa e uma prancha, eu vou fazer dentro de casa mesmo. [...] Aquela pessoa que me atendia pra fazer uma unha ou um cabelo, às vezes perdeu um

cliente ou não tá empregada. Se eu saía no final de semana pra levar meus filhos pra comer uma pizza ou uma porção, saía duas vezes no mês, hoje eu só levo uma. Então aquela pessoa que me atendia pode não tá com tanto movimento hoje. Então você vê que não é só uma pessoa desempregada. Ela atinge muito mais. [...] Se você parar pra pensar, se a empresa demite 500 pessoas [...] ela demite 500, mas o que ela tá afetando é mais de 500 pessoas. Porque se 500 pessoas dentro da cidade tá desempregada, cada pessoa atinge três pessoas diretamente ou indiretamente. Que é o que eu te expliquei. Se eu trabalhava na empresa, demiti aquela pessoa que tava na minha casa cuidando dos meus filhos, ou que ia uma vez por semana pra limpar, pra lavar. Hoje eu faço. Aí aquela pessoa que trabalhava na minha casa, hoje tá parada dentro de casa, não sai mais pra ir comer uma coisa fora, não faz mais um churrasquinho com uma cervejinha. Atinge muito mais do que a gente pensa. [...] O problema aqui na cidade foi esse. Demitiu e hoje a cidade sente o efeito dominó. (K., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

E, com pesar, A. define como está a vida em Mariana hoje: “[...] Viver aqui hoje tá aquela vida medíocre, né?” (A., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019). P. contou que “tem vários vídeos de filas do Sine [...] muitas pessoas suicidaram na cidade por falta de emprego, coisas que não são contadas, que ficam nos bastidores, que a mídia não mostra.” (P., fundadora e presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

O desastre, enquanto evento crítico somado à um processo crônico, tem desdobramentos em diversas escalas e com durações que não sou capaz de prever. Como já mencionado, as ações de resposta ao desastre são capazes de agravar vulnerabilidades, criar desentendimentos dentro de uma comunidade ou uma família, ressignificar vítimas e responsáveis, intensificar o sofrimento social, prolongar a violência, e subtrair das pessoas o domínio sobre o próprio destino.

I., atingida de Paracatu de Baixo, contou: “Agora só ficou uma coisa que dói, a lembrança e a recordação, mais nada. Que até que eu vou colocar tudo no devido lugar de novo, eu acho que eu não aguento mais não...” (I., atingida de Paracatu de Baixo, 2017). L., demonstrou a dor da mesma ferida: “Saudade da minha casa até hoje... [...] Ah, eu não gosto da cidade não, já acostumei na roça, não gosto não.” (L., atingida de Paracatu de Baixo, 2017). S., atingida de Gesteira, relata viver feridas invisíveis, que as outras pessoas não conseguem ver, mas que ela conhece e sente - uma noção que se aproxima muito da definição de violência lenta. Após três anos tendo a crise como

contexto, ela afirma: “*Quem não pisa na lama com a gente acha que foi fácil. São três anos de sofrimento.*” (S., atingida de Barra Longa, 2018).

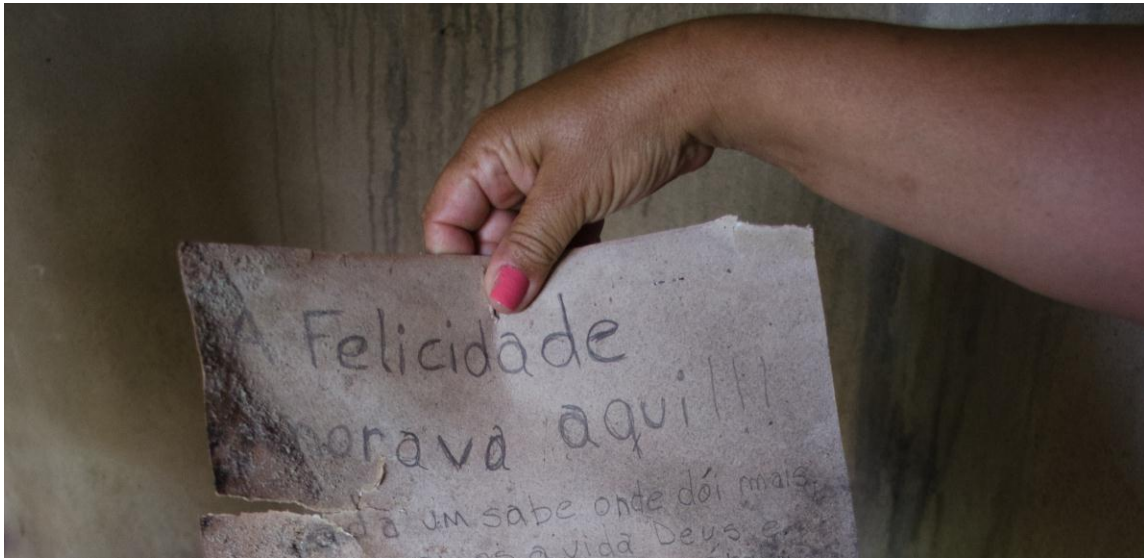


Figura 9: Carta deixada por atingida em Paracatu de Baixo, onde se lê “Felicidade morava aqui!!! Cada um sabe onde dói mais”. (Fonte: Acervo GESTA, 2017).

Em 2017, R. já questionava a demora na reparação e apresentava a reclamação sobre a impossibilidade de retomar o controle sobre seu destino:

O problema da Fundação Renova é a morosidade. Já faz quase dois anos que aconteceu o incidente e até hoje a gente está sendo tratado como se fosse de caráter emergencial. Não tem nada de concreto para a gente. Nós estávamos esperando sermos reassentados em 2019, de acordo com o cronograma da própria Renova, mas nós vemos que isso não vai ser possível. Até este momento, a Fundação não concretizou a compra dos imóveis. A situação dos atingidos é como se nós tivéssemos dado um pause nas nossas vidas e não conseguíssemos mais dar o play. (R., atingida de Paracatu de Baixo, 2017).

Em 2018, A., atingida de Paracatu de Baixo, relatou a mesma dificuldade com a morosidade do processo, que se atrela à esse tempo de *pause* do qual R. falou, em que não há domínio sobre a própria vida:

Aqui em casa a gente não tem paciência pra ficar esperando esse jogo da Renova, sabe? Então um dos motivos da gente querer fazer isso [construir uma casa em Mariana], porque onde isso vai? [...] Vai terminar? Quando isso vai

terminar? Então é essa questão da segurança. De ter a segurança de saber que aqui é da gente, a gente tá no que é da gente, porque era o que a gente tinha em Paracatu, a segurança de saber que a gente tava na casa da gente. E já que viemos pra cá, então é recomeçar. Aí recomeçamos aqui. [...] Eu não gosto desse negócio de ficar dependente de Renova, [...] pra gente sentir empoderada, né? Vamos dizer assim: "Eu sou dona da minha vida", né? Voltar isso, porque eu não consegui, um dos motivos da gente fazer essa casa é isso. (A., atingida de Paracatu de Baixo, 2018).

A morosidade no processo de reparação é uma estratégia de desmobilização adotada pelas empresas que não foi inaugurada no caso de Mariana. As respostas ao desastre são influenciadas por práticas já existentes na lida com conflitos ambientais. No caso de Mariana, conflito ambiental e desastre são categorias que se aproximam numa linha cronológica (como veremos a seguir), e como já mencionado, as práticas de negociação de conflito foram adotadas no desastre, porém, conflito ambiental e desastre não são a mesma coisa e, por isso, é importante trazer a diferenciação. Zhouri et al (2016a, p. 36) tratam conflito ambiental como “aquele que surge dos distintos modos de apropriação técnica, econômica, social e cultural do mundo material”, ele é caracterizado pela “irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos”, e tem sido associado “a situações de disputa sobre a apropriação dos recursos e serviços ambientais em que imperam condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais, bem como na disposição dos efluentes”. Os autores afirmam que “o desastre concretizou, portanto, a ameaça ensejada por conflitos pretéritos. Com o evento, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente de seu território.” (ZHOURI et al, 2016a, p. 37). Mas o desastre, em si, não é um conflito ambiental. Ele é compreendido como “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade. Isso implica a integração da situação em si, a crise social aguda, e o processo no qual a situação é produzida, isto é, a crise social crônica” (ZHOURI et al, 2016a, p. 37).

Os atingidos são colocados em mesas de negociação com os advogados das empresas, estabelecendo uma relação de suposta igualdade entre sujeitos desiguais, buscando alcançar uma harmonia através do acordo (ACSELRAD & BEZERRA, 2010). Zucarelli analisa que “a ideia em se construir “uma cultura cidadã e de resolução pacífica”, não reverbera o ocultamento das diferenças e da assimetria de poder que inviabiliza certa equidade na garantia dos direitos reivindicados” (ZUCARELLI, 2018, p. 185). Nader (1994, p. 9) explica que essa substituição do conflito pela harmonia “não significa que a ideologia da harmonia seja benigna”. Pelo contrário, a autora afirma que a harmonia coerciva “concorre para silenciar os povos que falam ou agem de forma irada” (NADER, 1994, p. 2), sendo uma poderosa forma de controle, “exatamente devido à aceitação geral da harmonia como benigna” (NADER, 1994, p. 9). Para Zucarelli (2018, p. 180), “é interessante refletir sobre a construção dessa aversão à guerra, ao litígio e ao confronto, em contraposição à valorização ao procedimento pacífico, conciliador e harmônico”. O autor explica que embora a ideia por trás da conciliação seja ouvir as partes conflitantes visando encontrar uma solução que contemple a ambas, no caso de Fundão “o lado mais vulnerável não consegue, nem razoavelmente, atingir o princípio fundamental de ser ouvido” (ZUCARELLI, 2018, p. 189), e assim, os participantes com maior capital simbólico “dominam o campo assimétrico da relação mediada e induzem a formulação de medidas supostamente mais adequadas, sem efetivamente escutar as considerações da outra parte” (ZUCARELLI, 2018, p. 189). Nesse processo, as vítimas do desastre são empurradas para uma rotina de constantes reuniões, sendo requeridas “nos “espaços formais” [de] uma série de procedimentos que não fazem parte de seu universo imediato” (ZUCARELLI, 2018, p. 190), e ocupando um lugar que desconheciam: o de atingido.

Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Como assim? Precisamos nos comportar como atingidos. Tem comportamento próprio para atingido? Não sei. Sei que precisamos aprender a viver/ conviver com essa realidade. Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento... Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado. Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida, contabilizar

minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo que aconteceu? A lama de rejeito nos atingiu, e, junto com ela, veio morte, mentira, ganância, preconceito, discórdia, medo... Medo do futuro. Medo de não reconhecer a nova Paracatu. Medo de perder amigos no caminho. Medo de sentir medo. Tem curso pra aprender a ser atingido? Não, mas o tempo vai ensinando. Nesse processo de reflexão percebo, compreendo e aceito que não há um modelo. Nem é externo a mim. Vou aprender, sendo o que sou: atingida pela lama da barragem de Fundão. É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho! (Poema escrito por Angélica Peixoto, moradora de Paracatu. Publicado no Jornal A Sirene, n. 6, setembro de 2016, p. 7)

Em meio ao luto e aos esforços para se identificarem nessa nova categoria política, as vítimas ainda têm que provar suas perdas numa busca por reparação e indenização que, como já discutido aqui, têm se arrastado por mais de três anos. Os mecanismos adotados, além de ressignificarem vítimas e réus como “partes interessadas” do caso, intensificam o sofrimento dos atingidos, que, de acordo com Zucarelli (2018, p. 185), passam por um longo caminho de humilhação e desgaste para serem reconhecidos como “parte” desse processo, “enquanto o réu que, teoricamente, deveria estar em condição submissa na relação, tem seu status elevado para “parte” do processo, inclusive ditando regras e definindo que obrigações irá ou não assumir”. As empresas, representadas pela Fundação Renova, estrategicamente não levam pessoal qualificado para responder certas questões, prolongando debates e atrasando decisões; se recusam a tratar pautas levantadas pelos atingidos, adiando-as para outras reuniões; não apresentam as informações de forma clara, ou sobrecarregam o discurso com termos técnicos, dificultando o entendimento e distanciando a concretude do que está sendo discutido; isso, dentre várias outras ações que fazem com que as empresas tenham controle sobre o tempo desse processo.

O tempo do licenciamento, o tempo da construção, o tempo da operação, tempo do retorno das atividades econômicas se sobrepõem ao tempo do atingido, ao tempo dos esclarecimentos, ao tempo do entendimento, ao tempo da organização, ao tempo da resistência, ao tempo da luta pelo direito de dizer não, ao tempo da justiça e ao tempo da reparação. (ZUCARELLI, 2018, p. 202).

CAPÍTULO 3 - TEIA DE DEPENDÊNCIA

*Em tuas colinas rasas
não há vinhedos nem olivais.
Há - púrpura difícil - a hematita,
uva das Minas Gerais.
Uva sáfara, mineral,
fermentando uma pinga de poeira
cujo álcool - lâmina de rocha e cal -
torna triste a embriaguez mineira.
[...]*

(Hélio Pellegrino, Quadrilátero Ferrífero, 2012)

O movimento “Justiça sim, desemprego não” foi criado em 2015, com uma manifestação na cidade de Mariana, em defesa dos empregos dos funcionários da Samarco e dos prestadores de serviços terceirizados. A marianense P., presidente e fundadora do grupo, relatou que a motivação veio da percepção sobre queda nas vendas em sua própria loja e de sua observação aos trabalhadores da mineradora, que iam até a pousada em que seus pais e avós (atingidos de Bento Rodrigues) estavam alocados, e que tinham semblantes de preocupação e apreensão.

E eu vi no olhar daqueles trabalhadores uma preocupação... que ninguém tava preocupado com os trabalhadores. Eles tavam preocupados. E aí eu comecei a reparar aquelas pessoas. E meu comércio, assim [...] era uma loja popular, vendia muito... Já naqueles dias começou a não vender e aquilo me preocupou também porque eu falei: "Gente, quantos pais de família vão ter que fechar as portas? Quantos desempregados?". [...] E assim, eu via aqueles trabalhadores sendo xingados, sabe, de assassinos. [...] E aquilo começou a me incomodar. [...] E eu cheguei em casa à noite e fiz um grupo no Whatsapp, na época o Whatsapp comportava só 100 pessoas. Eu fiz um grupo com meus amigos e falei: "Gente, quem for contra, não me julga, não fica com raiva de mim, só sai. Porque eu gostaria de saber as opiniões das pessoas, porque não sei se sou só eu que penso dessa forma...". E expus porquê eu queria defender aqueles trabalhadores. E aí aconteceu que todo mundo assim: "Nossa, é mesmo, a gente tem que fazer alguma coisa". Eu falei: "Ô gente, vamo fazer uma passeata. Vamo aproveitar que a mídia tá aí e vamo mostrar o que a Samarco foi pra cidade.". [...] E a gente foi trocando ideias e monta mais um grupo, mais um grupo, mais um grupo, a gente fez cinco grupos. Eu falei: "Ô gente, não tem como fazer mais grupo. Cês avisem pros seus amigos. Mas não tem como fazer mais grupo porque eu não vou dar conta de administrar esse tanto de grupo". [...] Aí a gente marcou que a gente ia fazer uma passeata no dia 17 de novembro, pra mostrar pra mídia a importância da Samarco. [...] E a gente marcou [a passeata], e a gente não sabia a proporção que isso ia dar. A gente marcou lá no Jardim. Eu coloquei o nome "Justiça sim, desemprego

não". (P., fundadora e presidente do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019).

K., que participou do movimento, não era diretamente ligada à Samarco, mas como comerciante também viu a renda da família diminuir após o rompimento da barragem. Seu ingresso no "Justiça sim, desemprego não", se deu a partir do convite de P., e nas palavras da entrevistada, *"foi um movimento que aconteceu de forma natural e todo mundo que se juntou pra participar do movimento, foi de forma natural"* (K., ex-membro do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019). Da mesma forma, A. foi convidada a defender a pauta e se engajou. As motivações do pequeno grupo formado principalmente por mulheres, pequenas comerciantes e trabalhadoras autônomas, membros de uma classe média urbana, giraram muito em torno dos efeitos que já eram perceptíveis na economia da cidade após o rompimento da barragem. A justificativa para a escolha do nome do grupo foi de que

[...] a gente queria justiça pro meio ambiente, pras pessoas [...] mas a gente não poderia permitir o desemprego, porque se não, isso não seria justiça. A gente ia tá punindo pessoas também que não têm culpa. E aí a gente colocou o nome de "Justiça sim, desemprego não". (P., fundadora e presidente do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019)

P. é nascida e criada em Mariana, tem uma filha, era proprietária de duas lojas na cidade antes do rompimento da barragem e hoje vende roupas *online*. Seu marido é advogado, tinha um escritório particular que foi fechado após o rompimento devido à impossibilidade de manutenção. Seus pais e avós são atingidos de Bento Rodrigues, e um de seus irmãos trabalha na mineração. Ela se formou como técnica em mineração recentemente, em 2018, e diz acreditar em dias melhores para o setor. K. é baiana, foi morar em Mariana há cerca de 18 anos com os pais, que eram comerciantes. Lá ela se casou, teve dois filhos, e abriu um comércio com o marido, que foi fechado após se divorciarem. Trabalhou em um escritório de advocacia e desde o rompimento de Fundão está desempregada. Atualmente cursa Direito em uma faculdade particular, em Mariana.

A. é mineira, nascida e criada em Mariana, tem duas filhas, é técnica em segurança do trabalho e já trabalhou na área de mineração da Vale. Antes do rompimento ela trabalhava em um salão de beleza montado na própria casa, mas segundo ela, a queda na clientela foi grande nesses três anos. Além disso, relatou que hoje tem muita dificuldade em voltar a atuar em sua área de formação, como técnica em segurança do trabalho.

À essas mulheres somaram-se cerca de outras 15 pessoas no início do movimento, que depois passou a contar com aproximadamente seis integrantes assíduos. O grupo mantinha contato através do Whatsapp e se reunia pessoalmente duas vezes por semana, ou mais, dependendo das demandas. Os encontros aconteciam em locais públicos como praças e estabelecimentos comerciais, ou nas residências dos membros. Esses momentos eram reservados para discussões e planejamento de ações, organização de coleta de donativos para a execução das atividades, dentre outras coisas. O movimento “Justiça sim, desemprego não”, diferentemente de movimentos sociais mais horizontais, tinha uma hierarquia organizacional que, como nos explicou a entrevistada P., dividia as tarefas do grupo em presidência, vice-presidência, secretariado, tesouraria e publicidade (essa que, entre outras tarefas, era responsável por manter uma divulgação constante das informações através de uma página na rede social Facebook, que leva o mesmo nome do movimento²³). Entre as atividades mencionadas pelas entrevistadas estão a coleta de assinaturas pedindo a retomada das atividades da Samarco (que mobilizou 50 mil assinaturas, conforme relatou a presidente do grupo), a realização de manifestações na cidade de Mariana com adesão de cerca de três mil pessoas, acampamento em frente ao prédio do Ministério Público Estadual (MPMG), em Belo Horizonte, além de ruas de lazer e atividades festivas no dia das crianças, em Mariana.



Figura 10: Celebração do 1 de maio de 2017.

(Fonte: Página do Facebook “Justiça sim, desemprego não”. Acesso em maio de 2019)

²³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/justicasimdeempregonao/>>. Acessado em 29 de abril de 2019.



Figura 11: Ato no Dia de Minas, 2017.

(Fonte: Página do Facebook “Justiça sim, desemprego não”. Acesso em maio de 2019)

Porém, como contaram as interlocutoras, o movimento foi se esvaziando, em grande medida devido ao desgaste, ao cansaço e à vontade de fazer outras coisas, já que fazer parte do grupo envolvia uma rotina de constante planejamento e execução de atividades.

Olha, eu acho que chega um certo ponto em que você precisa... querendo ou não, o movimento, a gente ficava muito exausto. Cada ação que o grupo fazia e tal. E acabou que, assim, chega uma hora que você precisa focar em alguma coisa. Você precisa trabalhar também. [...] Porque, querendo ou não, a gente se organizava pra fazer ação. A gente não falava assim "Ah, vamo ali, vamo gritar volta Samarco". Não, não era assim. A gente se reunia. [...] Chegou uma hora que eu acho que cada um quis tomar seu rumo, quis se afastar. (K., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

Durante a pesquisa qualitativa foi possível identificar uma dualidade entre a posição de defesa da retomada das operações da Samarco e o reconhecimento da dependência para com a mesma. Um interessante aspecto presente em um dos relatos foi a indicação de um embate entre o que classifico como “apoiadores” e “acusadores” da mineração. A fundadora do movimento “Justiça sim, desemprego não”, mostrou clareza sobre os efeitos negativos da atividade, mas não abriu mão da defesa, recorrendo à argumentação de que tudo o que temos e fazemos só é possível pela mineração:

Veio o acidente, ninguém tava preparado, ninguém sabia que seria nessa proporção. [...] É muito complicado, mas é uma coisa que a gente não vive sem. [...] A roupa que a gente veste, tudo é mineração. Aí você vai falar que cê é contra? [...] Tem que ter um equilíbrio em tudo que cê fala. Cê não pode ser contra tudo. Porque aquilo ali tem alguma coisa que te beneficia. Eu acho que tem outras metodologias de cê colocar... Olha, o jeito de mineração não tá adequado, a tecnologia tá aí pra ser mudada, a gente tá sacrificando pessoas,

meio ambiente, entendeu? Eu tenho essa consciência. Mas falar que você é contra? [...] Sim, o meio ambiente é importantíssimo. Mas pra quê o meio ambiente se não tiver pessoas, depois que todo mundo morrer de fome? (P., fundadora e presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

Percebe-se na fala da entrevistada uma crença na mudança tecnológica da forma de extração do minério como meio de coibir o que é considerado apenas como uma espécie de “efeito colateral” da mineração, qual seja, a degradação ambiental e, no limite, o desastre, entendido e nomeado como “acidente” pela entrevistada. Neste sentido, a fala vai na direção do discurso hegemônico do campo ambiental, que aposta na modernização ecológica e entende a degradação ambiental e consequências sociais como meras “externalidades” a serem resolvidas com medidas tecnológicas e de mitigação ambiental (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Coelho (2015) explica que

quando se discute possíveis danos causados pela mineração, o DDM (discurso do desenvolvimento pela mineração) dá foco aos prejuízos centrados numa dimensão ambiental, ao mesmo tempo em que os pontos positivos estariam ligados a questões econômicas. Assim, cria-se uma dicotomia entre natureza e homem, numa espécie de balança que, aos olhos da população, tende a pesar a favor do lado hipoteticamente benéfico ao ser humano e prejudicial ao meio ambiente, que seria melhor do que o lado oposto: prejudicial ao homem e benéfico ao meio ambiente. (COELHO, 2015, p. 105)

Ao mesmo tempo, em exposição durante o IV UFMG DEBATE²⁴ que teve como temática “Vida, corpo, trabalho”, Maria Teresa Corujo²⁵ elucidou a prática adotada pelas empresas de incitar trabalhadores contra ambientalistas e quaisquer outras pessoas que se posicionem a favor da conservação ambiental e das comunidades afetadas pelos

²⁴ O “IV UFMG DEBATE: Vida, corpo, trabalho”, compôs uma série de eventos organizada pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), juntamente com o Programa Participa UFMG, com o propósito de reunir professores, pesquisadores, estudantes, atingidos por empreendimentos de mineração e por rompimento de barragens, representantes de movimentos sociais, representantes de órgãos públicos, representantes de sindicatos e a sociedade civil, no ambiente da universidade, para discutir aspectos socioambientais, econômicos e de salubridade, que vão além do rompimento de barragens.

²⁵ Membro do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, e representante da sociedade civil no Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais.

empreendimentos minerários. Nesse caso, a posição assumida pela representante do movimento “Justiça sim, desemprego não”, corrobora com a estratégia de desmobilização e geração de conflitos de interesses, empreendida pelas mineradoras, que coloca aqueles que chamamos anteriormente de “acusadores da mineração” como inimigos do povo.

Eu queria começar dizendo que a questão do trabalho e do trabalhador, pra nós que somos chamados ambientalistas, porque a gente defende o meio ambiente [...] sempre é uma área que, pelas empresas de mineração, é muito usada pra querer nos parar naquilo que a gente sente que é um direito inalienável, de defender o meio ambiente. Eles [as empresas de mineração] usam muito, o tempo inteiro, nos colocar contra os trabalhadores. [...] Porque é muito interessante pra esse sistema voraz da mineração ter todo mundo refém de que, como nós escutamos aqui, Minas Gerais tem que minar e isso tá acima de qualquer lógica. [...] Essa coisa de colocação de trabalhadores, trabalhos e emprego, e essa coisa que é dita que é ótima a mineração pra nossa economia... Nós, que estamos do lado de cá (como ambientalistas e pessoas lutando contra esse modelo, precisamente para que se tenha outras alternativas, pra que não se tenha esses rompimentos de barragem e todo esse sofrimento que a mineração causa), [...] somos tratados como os inimigos do desenvolvimento, os inimigos do trabalho, e nos colocam sempre na contramão. (Maria Teresa Corujo, Movimento pelas Serras e Águas de Minas/ representante da sociedade civil no COPAM - MG, 2019, grifo acrescido).

Outro aspecto observado foi o que quero minuciar como uma faceta do controle do tempo por parte da Samarco e suas proprietárias, afirmações carregadas de preocupação e/ou indignação que apontam que a mineração dita o tempo da vida na cidade. Para os atingidos é a vida que está em *pause* desde o rompimento da barragem, para outros de meus interlocutores é a cidade que está paralisada. Em novembro de 2015, o prefeito Duarte Junior já exprimia seu temor sobre os efeitos da suspensão das atividades da mineradora: “*Se a mineração parar, os recursos vão cair. [...] Nunca tivemos diversificação econômica, somos totalmente dependentes da mineração. [...] Falar em parar a mineração é falar em fechar o município de Mariana.*” (DW, 2015). Mais tarde, em 2019, a Vale interrompeu suas atividades na cidade em caráter preventivo, devido à impossibilidade de garantir a estabilidade da barragem localizada na mina da Alegria. O prefeito informou que a situação financeira do município se agravou ainda mais após a adoção dessa medida, ficando a arrecadação municipal, que antes era de

R\$30 milhões, na casa dos R\$12 milhões, sendo somente a folha de pagamento responsável por R\$ 10 milhões de débito no total arrecadado (HOJE EM DIA, 2019). Frente à essa situação, o prefeito Duarte Junior decretou calamidade financeira, suspendeu cirurgias eletivas, manutenção de estradas rurais e limpeza urbana, e declarou: *“Estou indignado e preocupado com a falta de comprometimento social da Vale. Ela não pode virar as costas para um município onde lucrou por tantos anos.”* (HOJE EM DIA, 2019). Durante seu pronunciamento acerca do decreto de calamidade financeira, o prefeito evidenciou a condição de dependência vivida por Mariana: *“Somos reféns da mineração e precisamos de socorro do Poder Judiciário para que as mineradoras mantenham serviços essenciais que dependem desse recurso.”* (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Tal decreto só foi revogado após o acordo com a Vale, em que ficou decidido que a mineradora dará um aporte financeiro temporário ao município, de valor não definido até a última conferência das informações (ESTADO DE MINAS, 2019).

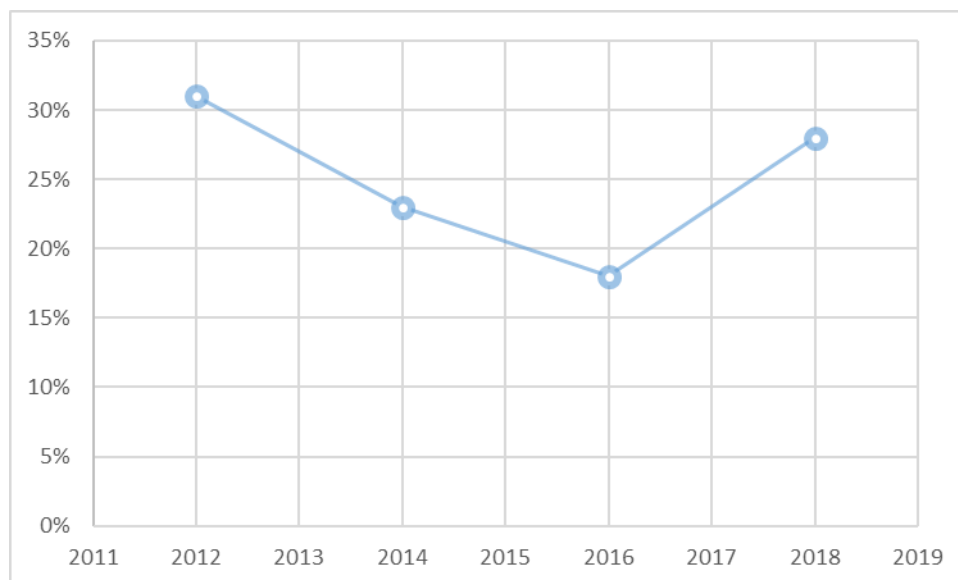
É interessante destacar que existe uma discrepância entre o discurso sobre a dependência econômica e os dados da contribuição da mineração para o desenvolvimento. Em escala nacional, como já apresentado aqui, a mineração compõe cerca de 2% do Produto Interno Bruto. Resolvi, então, investigar a hipótese de uma dependência local ainda que a influência nacional seja pequena. Para isso, considerei a receita municipal de Mariana nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018, e a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Essa compensação financeira é distribuída entre a União (12%), o estado onde a substância mineral for extraída (23%), e o município produtor (65%) (CNM, 2012). Nos meus cálculos não considerei outras arrecadações, senão a de maior expressividade – a CFEM, que contribuiu da seguinte forma para a receita municipal:

Figura 12: Receita municipal e CFEM arrecadado (2012, 2014, 2016 e 2018)

ANO	RECEITA MUNICIPAL	CFEM (municipal)
2012	R\$ 250.362.528, 29	R\$ 77.325.985, 28
2014	R\$ 303.433.667, 93	R\$ 68.938.933, 65
2016	R\$ 277.315.561, 18	R\$ 49.623.284, 10
2018	R\$ 246.226.721, 11	R\$ 68.961.636, 06

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANM e da Prefeitura Municipal de Mariana, acessados em junho de 2019.

Figura 13: Participação da CFEM na receita do município de Mariana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mariana, ANM. Acesso em Junho de 2019.

Com base nesses resultados, é possível observar que embora a mineração seja responsável por apenas 2% do PIB nacional, a variação da arrecadação da CFEM em contraste com a receita municipal não é suficiente para indicar um único espectro de ondulações econômicas, sendo necessários mais dados para compreender a dinâmica envolvida na relação de dependência financeira a nível local. Um aspecto que espero ter a oportunidade de analisar de forma mais qualificada num futuro próximo.

Sobre a atuação da Samarco e contexto econômico do município, a presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, afirmou:

*A Samarco não foi ruim. Se você olhar o plano dela, ela colaborou muito com a cidade. Se a gente não tem mais coisas é porque os **nossos gestores não pensaram na diversidade econômica**. Não usaram corretamente o dinheiro que era nosso. **Nós também ficamos confortáveis com a situação**, todo mundo tinha emprego, o dinheiro circulava dentro da cidade, todo mundo ganhando o seu, não houve preocupação. Mas eu acho que de tudo de ruim tem um lado bom também. **Hoje nós entendemos que Mariana precisa de uma diversidade econômica de médio prazo**. [...] não cabe a nós julgar. Tem méritos, tem pessoas, tem laudos técnicos, então assim, eu como ser humano, eu não posso julgar, eu não me vejo dessa forma, mas eu conheço o lado bom do que ela [Samarco] fez pra cidade. Então assim, chutar cachorro morto eu acho que é uma coisa muito fácil. [...] Eu acho que cê tem que ter as convicções que cê tinha, falar "Olha, foi mesmo, foi um problema, foi um erro, uma fatalidade, eu*

não sei, mas ela também foi boa." (P., fundadora e presidente do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019. Grifos acrescidos).

Ela demonstrou preocupação com a falta de diversificação econômica: *"os gestores antigos não se preocuparam com diversidade econômica. E nem nós, né? Hoje a gente tem uma cobrança"* (P., fundadora e presidente do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019). Ela reconheceu também uma acomodação por parte dos moradores do município na recepção do recurso advindo da mineração: *"ficamos confortáveis com a situação"*. Mas saiu em defesa da Vale quanto ao acordo feito com o prefeito de Mariana:

[...] Aí veio a Vale agora e deu esse baque. Parou aqui. O prefeito anunciou um monte de corte. Só que ele negociou com a Vale e a Vale se comprometeu a pagar os noventa dias, os royalties. Só que assim, o meu ponto de vista, isso não é Justiça falando, não é a presidente P., é P. falando: tudo bem que a Vale pode ser uma parceira neste momento, mas eu não vejo como obrigação. Porque a partir do momento que ela tem um planejamento, que pra ter as licenças dela, ela tem que pagar aquilo tudo, tudo já tá pago. Se os prefeitos não fizeram, ela não tem por obrigação de fazer isso. Ela tá fazendo como parceira. Parabenizo ela demais, achei a atitude super bacana. Mas eu não vejo ela com obrigação. Às vezes as pessoas até critica meu jeito, mas eu falo: "Gente, vocês têm que começar a por o pé no chão também, e não é porque ela minera aqui que ela tem que dar, dar, dar, não." (P., fundadora e presidente do movimento "Justiça sim, desemprego não", 2019).

A relação de dependência criada em torno da mineração também envolve esse sentimento de gratidão expressado pela marianense. Vive-se num estado semelhante à Síndrome de Estocolmo, condição psicológica em que um indivíduo, submetido a um tempo grande de intimidação, passa a ter simpatia por seu agressor²⁶. A mineração é tida como uma dádiva, como a gema preciosa do município, e a presença das mineradoras é como uma graça concedida ao povo e à economia da região. Como já discutido no capítulo um deste trabalho, a atividade extrativista foi inserida na memória social local como o elemento responsável pelos primores e privilégios que Mariana adquiriu ao longo

²⁶ Informações disponíveis em GALILEU. De onde veio o termo "Síndrome de Estocolmo". 24 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/08/de-onde-veio-o-termo-sindrome-de-estocolmo.html>>. Acessado em 27 de abril de 2019.

dos séculos. A experiência mostra esses traços na memória de um influente membro da elite (o prefeito) e de uma classe média de pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos (membros e ex- membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”). Há, ainda, a reafirmação da construção acerca do “eu” e do *ethos* marianense, grato e dependente, lado a lado com as estratégias de dominação adotadas pelas mineradoras não apenas no município, mas em todo o estado de Minas Gerais. A medida de caráter preventivo da Vale, de paralisar as atividades na mina da Alegria, esteve no bojo de outras medidas anunciadas pela empresa. Após o rompimento de outra barragem de rejeitos, essa na mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho - MG, no dia 25 de janeiro de 2019, o presidente da companhia anunciou o descomissionamento²⁷ de 19 estruturas que, assim como em Mariana e Brumadinho, eram alteadas a montante²⁸. Dessas 19 barragens, nove já estavam desativadas, e as outras dez (dentre elas a da mina da Alegria, em Mariana) tiveram suas atividades paralisadas (VEJA, 2019). Essas medidas foram acompanhadas por um *modus operandi*²⁹ que aponta para a criação de um estado de terror nas localidades em que há extração de minério, um medo constante que serve para a manutenção do controle do território e da gestão do tempo por parte da empresa.

Durante o IV UFMG DEBATE, Rafael Ávila, representante do Sindicato Metabase Inconfidentes, expôs que

as consequências pras cidades mineradoras e pros trabalhadores é muito profunda. [...] O crime que eles fizeram tanto em Fundão quanto em Córrego do Feijão, tá iminente bombas em todo o estado de Minas Gerais [se referindo às barragens com risco de romper]. Isso leva a um outro problema, que é o

²⁷ Ver: “Vale anuncia descomissionamento de 10 barragens em MG”. Disponível em: <<http://revistamineracao.com.br/2019/01/30/vale-anuncia-descomissionamento-de-10-barragens-em-mg/>>. Acessado em junho de 2019.

²⁸ Quando a capacidade da barragem é aumentada através da construção de degraus com o próprio material de rejeito, um método mais simples e mais barato que outras tecnologias disponíveis no mercado.

²⁹ A caráter de exemplo, ver: CBN. Sirene alerta para que moradores dos entornos da Mina do Gongo, em Minas Gerais, deixem suas casas. 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/244704/sirene-alerta-para-que-moradores-dos-entornos-da-m.htm>>. Acessado em 25 de abril de 2019; e CMNEWS BRASIL. A Vale pode estar mentindo sobre nível 3 de instabilidade da Barragem Sul Superior. 29 de abril de 2019. Disponível em: <<https://cmnewsbrasil.blogspot.com/2019/04/a-vale-pode-estar-mentindo-sobre-nivel.html>>. Acessado em 29 de abril de 2019.

problema do emprego e a dependência das cidades mineradoras. E tem a ver com o minério. E percebem que isso é uma política? Uma política não só do governo federal, mas uma política dos governos estaduais. Que era isso, "vamos fazer commodities, pega isso pra exportação, é o balanço da economia". Qual que é o problema? O problema é que mineração não tem um cunho social e não vai ter. Por quê? Porque, é o seguinte, segura qualquer tipo de diversificação da produção. É isso. Mineração segura qualquer coisa. É isso que acontece em todas as cidades, é assim em Mariana, é assim em Congonhas, é assim em Brumadinho, e é assim em todo o estado de Minas Gerais. (Rafael Ávila, Sindicato Metabase Inconfidentes, 2019).

A dificuldade em proceder com uma diversificação da economia porque a mineração “*segura qualquer coisa*”, vai de encontro com a afirmação de A.:

[...] que Mariana hoje, infelizmente (não só hoje, como há muito tempo), ela tem essa doença, né, que é esse câncer chamado de mineração, que é a única fonte de renda que ela sempre teve. Nunca teve outra fonte de renda. [...] Infelizmente Mariana é só mineração, a mineração cai, tudo cai. (A., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019)

Seguindo a metáfora proposta pela entrevistada, um câncer é o resultado do crescimento desordenado de células, que invadem tecidos e órgãos de forma agressiva e incontrolável, tomando o lugar das células saudáveis e afetando o funcionamento do organismo³⁰. Traçando a comparação com a presença da mineração em Mariana, há o resultado da ocupação territorial pela atividade de forma desordenada tanto no município, quanto em todo o estado de Minas Gerais; a lógica do progresso e do desenvolvimento é agressiva, e invade a consciência dos sujeitos; as alternativas de diversificação econômica são substituídas pela exportação de *commodities*; e assim, o funcionamento daquele organismo social é comprometido, assim como um organismo tumoral, porque o órgão afetado é parte de um todo, parte de um corpo, não pode ser ignorado ou eliminado. Contudo, essa narrativa biologiza e naturaliza o problema como algo que está fora do controle do ser. Um câncer é acometimento maligno que tem poder determinante sobre a vida e a morte. Essa metáfora expressa uma forma de compreensão da realidade, mas, ao

³⁰ Informações adquiridas através do portal do Instituto Nacional de Câncer, disponíveis em <<https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>>, acessadas em 25 de abril de 2019.

mesmo tempo, desloca para a esfera do natural, o entendimento da mineração como uma escolha econômica e política, que decorre de processos históricos e de tomada de decisões, portanto passíveis de serem revistos e alterados.

Ao me voltar para o impasse acerca do retorno das operações da Samarco, percebi que, embora o movimento “Justiça sim, desemprego não” conte hoje apenas com a presidente, que alimenta a página no Facebook com notícias sobre o andamento do processo de possível retomada das atividades da mineradora, a vontade de que a empresa volte a operar não habita apenas as reivindicações na rede social. Para P., “*é o bem comum, é a retomada (com segurança, lógico, porque isso [o rompimento de uma barragem] não pode acontecer de novo)*”. (P., fundadora e presidente do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019). Em tom de desabafo pelo esvaziamento do movimento antes de sua saída, A. contou:

O que me deixava mesmo indignada era que a própria população de Mariana precisa dessa mineração, os comércios precisam, todo mundo precisa, porque se não há esse retorno da mineração, não há emprego, não há lucro nos comércios [...] e a própria população não via isso, como ainda não enxerga que a gente precisa, infelizmente, até ter outra fonte de renda em Mariana, a gente precisa da mineração aqui. (A., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

As perspectivas para o futuro, ou os reflexos de certos anseios, indicam mais acentuadamente um reestabelecimento da atividade extrativista, do que uma mudança na base econômica do município. Os projetos de alternativas econômicas não são estimulados pelo poder público, ficando, até mesmo estes, dependentes da renda proveniente da mineração para se firmar.

Hoje eu faço parte de outro projeto também [...] que é a APAC. É a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. A gente trabalha com os presos numa ressocialização pra eles voltarem a viver em sociedade. [...] Inclusive a gente precisa também da ajuda da mineração [...] a gente precisa um pouco do apoio deles. E também com a APAC, às vezes a gente consiga outra fonte de renda mesmo pra Mariana. Porque aí a gente trabalha com projetos, assim, fabricação de vassouras, às vezes blocos, sabe? A própria

fabricação. E aí, a gente começa até a vender. (A., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

A mineração segue sendo considerada como o “motor” da vida da cidade, aquilo que traz movimento, que poderia dar fim ao estado de paralisia do município e à apatia das pessoas.

A gente pede que volte, que seja responsável, e que volte a trazer a alegria que a cidade tinha, o emprego, e que a cidade de Mariana volte a se movimentar. [...] Pra quem conhecia a cidade antes do rompimento e hoje ver a cidade, a gente fica um pouco triste. A gente fica triste pela situação. (K., ex-membro do movimento “Justiça sim, desemprego não”, 2019).

Apesar de minhas interlocutoras ligadas ao movimento “Justiça sim, desemprego não” terem mostrado clareza acerca dos atroz desdobramentos do desastre em curso, isso não parece suficiente, no momento, para provocar nelas algum impulso de ação para pensar o fim de uma exploração que vai além do minério de ferro, e age sobre o tempo, as consciências e os corpos das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo produtivo da mineração se concentra nas áreas da mina, mas não se limita à esse território, ele envolve os trabalhadores para além da venda da força de trabalho. No aspecto físico há uma mineração também dos corpos, que são explorados assim como o minério de ferro, até a exaustão. Mas para além disso, a subjetividade e a consciência das pessoas também são mineradas, são extraídas as potencialidades criativas e deixadas as relações de dependência (assim como é levado o minério e deixado o rejeito). Esse processo produtivo ultrapassa as cercas da empresa, cria teias de dependência, insere uma ideia de gratidão à empresa por existir na cidade, derrama as consequências físicas, econômicas e psicológicas do desastre que já está em curso, e aterroriza outros trabalhadores com a possibilidade de outros rompimentos, outras mortes, outras exaustões.

Para os atingidos, a vivência do desastre envolve o sofrimento da espera por reparação. Ao mesmo tempo em que existe a sensação de *pause* na vida, também existem outras agências em curso, porque o ordinário, a vida cotidiana, não é de fato interrompida enquanto o extraordinário acontece (DAS, 2011). Apesar da morte de muitas relações, a vida continua acontecendo, os sujeitos estão em constante construção e atualização do mundo tanto a partir dessas relações rompidas, quanto a partir das relações que surgem, dos novos significados incorporados através das experiências, das novas estratégias para manutenção da vida. Em outras palavras, há um movimento dos sujeitos dentro do movimento da crise, a que Vigh (2010) chama de *navegação social*. A *navegação social* trata-se dessa capacidade “de se mover através de um ambiente em movimento que, devido à multiplicidade de fatores que o influenciam, está sempre se desdobrando e, portanto, é relativamente imprevisível.”³¹ (VIGH, 2011, p. 156).

Nesse sentido, há a possibilidade de que os marianenses experimentem, daqui pra frente, viver a crise como a vida normal (CRIA, 2009). Não de forma homogênea, obviamente. As classes média e alta de Mariana possuem capacidades de navegação social muito maiores que as classes baixas, portanto, provavelmente não sentirão os efeitos das crises cotidianas que os grupos periféricos irão vivenciar. Mas para além

³¹ Versão original: “praxis of moving across an environment in movement that, due to the multitude of factors influencing it, is always unfolding and hence relatively unpredictable”. (VIGH, 2011, p. 156).

disso, entre os próprios atingidos existem pessoas com diferentes posses, oriundas de diferentes posições sociais, e com diferentes capacidades de navegação social. Assim,

em vez de trabalhar a dicotomia de poderosos e impotentes, seria melhor considerarmos navegação social como um processo de “governança e ajuste entre o eu e os outros [...] em que as pessoas competem e fazem estratégias para evitar a anulação, bem como para alcançar algum sentido de governar seu próprio destino” (Jackson, 1998, p. 18). (VIGH, 2010, p. 156, tradução livre)³²

No mesmo bojo, quero ainda analisar o esvaziamento do movimento “Justiça sim, desemprego não”, em contraste com a rotina vivida pelos atingidos. Qual é o principal argumento apresentado pelas entrevistadas, ex-membros do movimento, como justificativa por terem deixado o grupo? O cansaço, a vontade e a necessidade de seguir adiante com a vida, fazer outras coisas. Não são essas as reclamações dos atingidos? A morosidade do processo, a dificuldade em ter controle sobre a própria vida, a impossibilidade de planejar e sonhar com outras coisas. Enquanto o primeiro grupo teve a possibilidade e a capacidade de navegação maior, podendo decidir se afastar das reivindicações do movimento “Justiça sim, desemprego não”, o segundo está completamente envolvido num processo que, além de trazer sofrimento e intensificar vulnerabilidades, não dá a possibilidade de um afastamento definitivo sem prejuízos. Entretanto, isso não significa dizer que a capacidade de navegação social dos atingidos seja nula. Muito pelo contrário, como apresentado aqui, existem diferentes estratégias sendo adotadas para garantir a autonomia das famílias, o movimento dos sujeitos dentro da crise, o ajuste entre o “eu” e os “outros”, a busca pelo sentido de governo da própria vida, existem e resistem.

Como já discutido anteriormente, no capítulo dois, a crise pode ser entendida como a ruptura de uma estrutura social. Ela envolve o episódio crítico e o processo crônico (OLIVER-SMITH, 1999; VIGH, 2008). Atualmente, atingidos, comerciantes, e

³² Versão original: “instead of working through the dichotomy of powerful and powerless we would do better to regard social navigation as a process of “governance and adjustment between self and other [...] in which persons vie and strategise in order to avoid nullification as well as to achieve some sense of governing their own fate” (Jackson, 1998: 18).” (VIGH, 2011, p. 156).

ex-funcionários da Samarco, vivem - em condições e intensidades diferentes - o processo crônico, uma crise constante. Os acontecimentos pós rompimento (inclusive a criação de um movimento em defesa da volta da Samarco e o próprio processo para viabilizar esse retorno), são desdobramentos do desastre, e a partir disso, entendemos que a retomada das atividades da Samarco não é capaz de colocar fim à crise ou ao desastre em curso.

Percebi que a relação de dependência para com a mineração não passa despercebida pelos sujeitos, mesmo que tenha raízes nas origens da cidade e na formação da identidade dos marianenses. Isso me trouxe ânimo para encerrar esse Trabalho de Conclusão de Curso num tom otimista, com hipóteses sobre as possibilidades de criação de mecanismos que desenvolvam independência econômica através da diversidade, diferente do que o município vive com o atual modelo de desenvolvimento baseado na exportação de minério. Não posso afirmar, com certeza, que condições e quanto tempo esse processo demanda. Mas é de amplo conhecimento que a mineração em Minas Gerais está em colapso (desde o início do *pós boom das commodities*, em 2012, já ocorreram três rompimentos de barragem no estado, e existem outras em risco iminente³³ de rompimento). O antropólogo Arturo Escobar (2007) afirma que o desmantelamento do modelo hegemônico de desenvolvimento implica na descontinuidade de uma prática discursiva existente há décadas, que levou a anos de políticas e programas irresponsáveis. Escobar (2007, p. 364) explica que esse processo de desconstrução é lento e doloroso, e que não existem receitas ou soluções fáceis, não existem fórmulas prontas, ou alternativas aplicáveis à todas as situações. Acosta (2016, p. 64) diz, ainda, que “a grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las”.

As experiências de Argentina, Peru, Costa Rica, Estados Unidos da América, Filipinas e Equador, analisadas por Milanez et al (2014), mostram que “a institucionalização de mecanismos condicionantes, restritivos e/ou proibitórios ao extrativismo mineral constituiu, sempre, uma etapa dentre outras de um longo processo de contestação social” (MILANEZ et al, 2014, p. 23), não sendo, por outro lado, a etapa

³³ Ver: G1. Talude de mina pode se romper a qualquer momento e Vale está em alerta máximo em Barão de Cocais. 21 de maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/21/talude-de-mina-pode-se-romper-a-qualquer-momento-e-vale-esta-em-alerta-maximo-em-barao-de-cocais.ghml>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

final de nenhum dos processos estudados pelos autores. No entanto, se a crise se configura como um ponto cego, de onde é possível levantar questionamentos (ROITMAN, 2016), nesse contexto em que, pelo desenvolvimento, “aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização” (ACOSTA, 2016, p. 51), identificar a relação de dependência pode ser um dos primeiros passos para se pensar que outra realidade socioambiental é possível.

REFERÊNCIAS

● Artigos, Capítulos e Livros

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante. 2016.

ACSERALD, H.; BEZERRA, G.. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 34 - 62.

ALIMONDA, Héctor. Debatendo o Desenvolvimento na América Latina. In: STIFTUNG, Heinrich. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Série Democracia. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 2012. pp. 18 - 31. Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final_2.pdf#page=20>. Acessado em maio de 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AZEVEDO, João da Costa. O Ribeirão do Carmo: 1757. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 11. Vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1906. pp. 715 - 722.

BISPO, Raphael. **Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível**. Etnográfica [online]. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. vol. 20 (2) | 2016. pp. 251 - 274. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etnografica/4268>>. Acessado em abril de 2019.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Cap. 11: Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais (Brasil): Trajetória histórica. In: ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E., (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Anablume, 2016. pp. 255 - 278.

CHAYANOV, A.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: Graziano da Silva, J.; Stolcke, V. **A questão agrária**. [S.l.]: Brasiliense, 1981.

COELHO, Tádzio P.. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero**. Intratextos, Rio de Janeiro, número especial 03, 2012, pp. 128-146.

_____. Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **A questão mineral no Brasil**. Vol. 1. Editorial iGuana: Marabá, 2015. 155p.

_____. Verbete: Dependência (econ.). In: GOMIDE, C.; COELHO, T.; TROCATE, C.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L.. **Dicionário crítico da mineração**. Editorial iGuana: Marabá, 2018. pp. 77 - 79.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros: A configuração do englobamento, da exclusão e do entre-lugar em Minas Gerais**. Montes Claros. Editora Unimontes. 2017.

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia. **A crise é a vida normal. A antropologia face à Crise**. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Próximo Futuro. Workshop “Respostas à Crise”. 2009.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, p. 9 a 41 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de maio de 2019.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <<https://cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>>. Acessado em junho de 2019.

FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. **Mineração em serra tanto bate até que seca: A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GALIZONI, Flávia Maria. **Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2002, vol.40, n.3, pp.561-580.

GODEIRO, N. (org.); MOURA, E.; SOARES, P.; VIEIRA, V.. **Vale do Rio Doce: Nem tudo que reluz é ouro - Da privatização à luta pela reestatização**. São Paulo: Sundermann, 2007. 160p.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: Conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016. p. 23-43.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9 – 23.

HUGO, Rinara Santos. **A construção social da comunidade Vila Nova em Mariana - MG no espaço da mineração - Uma perspectiva dos antigos moradores**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Engenharia de Minas da

Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L.; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; GIFFONI PINTO, R.; GONÇALVES, R.; COELHO, T. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco|Vale|BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco|Vale|BHP Billiton**. pp. 17-49. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Tradução de Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia - MG. Versão digitalizada conforme publicado em “**Ruy Mauro Marini: vida e obra**”, Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Editora Expressão Popular, 2005.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: Norma Valencio et al (orgs). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Editora RIMA, 2009.

MARTINS, Bruno Sena. **Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 116-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222016000300116&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em novembro de 2018.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. R. Pós Ci. Soc., v.10, nº 19, jan/jun. 2013. pp. 119-148.

MILANEZ, B.; LÓPEZ, D.; SCOTTO, G.; MANSUR, M.; SANTOS, R. Introdução. In: MALERBA, Julianna (org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. pp. 19 – 25.

NADER, L. **Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 26, out. 1994. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_02.pdf>. Acessado em junho de 2019.

NIXON, Rob. Introduction. In: Rob Nixon, **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, Massachusetts and London: Havard University Press, 2011, pp. 01-44.

NORA, Pierre (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. p. 2226

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1. pp. 13-37.

OLIVER-SMITH, Anthony – What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: A. Oliver-Smith and S. Hoffman (eds) **The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective**. Routledge, 1999.

ROITMAN, Janet. The Stakes of Crisis. In P. kjaer, and N. Olsen, eds. **Critical Theories of Crisis in Europe**, Rowman & Littlefield International, 2016.
<http://drive.google.com/file/d/0B5RX4kUysDhKclZiR3NwZGREZzA/view>

SAEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. 1ª edição. Edição do autor. Santa Catarina: 2013.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 114 - 147.

SOBREIRA, Frederico. **Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais**. Quaternary and Environmental Geosciences, [S.l.], v. 5, n. 1, set. 2014. pp. 55 - 65. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/34432/23233>>. Acessado em: 25 abr. 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povos e mídia no Brasil**. 2ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, 2000. p. 83 - 84

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración em América Latina**. Revista Nueva Sociedad, 244: 30 - 46, marzo-abril. 2013.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. 280p.

VALENCIO, Norma. **Desastres, tecnicismos e sofrimento social**. Ciência e Saúde Coletiva, 19 (9): 3631 – 3644. 2014.

VAN DAER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, S. (Organizador). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13-54.

VIGH, Henrik. **Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline**. Ethnos: Jornal de Antropologia, Volume 73, edição 1, 2008, p.5-24.

_____. Youth Mobilisation as Social Navigation. Reflections on the concept of dubriagem. In: **Youth and Modernity in Africa**. Cadernos de Estudos Africanos, n.º 18-19, 2010, pp. 139 - 164. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8322>>. Acesso em 18 de maio de 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 17, PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996.

WOLF, ERIC. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. **O Sítio Camponês**. Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, K. **‘Com Parente Não se Neguceia’: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, nº 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990, p.11-73.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Introdução: Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 11 - 31.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. *Cienc. Cult.* [online]. 2016a, vol.68, n.3, pp.36-40. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext>. Acessado em: 25 abr. 2018.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016b.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos e VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. Artigo publicado In; Andréa Zhouri (org.) **Dossiê Mining, Violence, Resistance**. Vibrant, v. 14, n.2, agosto de 2017, sob o título The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparations and the politics of affectations. <http://www.vibrant.org.br/andrea-zhouri-raqueloliveira-marcos-zucarelli-max-vasconcelos-the-rio-doce-mining-disaster-in-brazil-betweenpolicies-of-reparation-and-the-politics-of-affectations/>

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

● Documentos e dados

ANM. **Arrecadação CFEM.** Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx>. Acessado em junho de 2019.

BANCO MUNDIAL. **Mineral rents.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/mineral-rents>>. Acessado em agosto de 2017. Banco Mundial, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Mercado de Commodities.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acessado em março de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Estudo Técnico 14: Entenda a CFEM (Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais).** 2012. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ET%20Vol%205%20-%2014.%20Entenda%20a%20CFEM.pdf>>. Acessado em junho de 2019.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Inventário Estadual de Barragens do Estado de Minas Gerais: Ano de 2015.** Belo Horizonte: FEAM, 2016. 54 p.

GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Ficha Técnica: Rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana/ MG.** Observatório dos Conflitos Ambientais, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579>>. Acessado em: 17 de março de 2018.

IBRAM. **A força da mineração brasileira.** Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2012.

_____. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais.** Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Comércio de mercadorias por commodity: ferro e aço - 2012.** Genebra: OMC, 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Receitas. In: **Mariana.** Disponível em: < <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-017/recursos.faces>>. Acessado em junho de 2019.

SAMARCO. **Relatório da administração - 2008.** Mariana: Samarco Mineração S. A., 2008. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2008-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf>>. Acessado em maio de 2019.

_____. **Relatório da administração - 2012.** Mariana: Samarco Mineração S. A., 2012
Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2012-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf>>. Acessado em maio de 2019.

● Entrevistas e relatos

A.. ATINGIDA DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Mariana, março de 2018.

A.. EX- MEMBRO DO MOVIMENTO “JUSTIÇA SIM, DESEMPREGO NÃO”. **Entrevista:** Jessica Silva. Mariana, abril de 2019.

D.. ATINGIDA DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, abril de 2017.

E.. ATINGIDO DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, abril de 2017.

G.. ATINGIDO DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, fevereiro de 2017.

I.. ATINGIDA DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, abril de 2017.

J.. ATINGIDO DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, abril de 2017.

K.. EX- MEMBRO DO MOVIMENTO “JUSTIÇA SIM, DESEMPREGO NÃO”. **Entrevista:** Jessica Silva. Mariana, abril de 2019.

L.. ATINGIDA DE PARACATU DE BAIXO. **Entrevista:** Equipe GESTA/ UFMG. Paracatu de Baixo, abril de 2017.

Maria Teresa Corujo. MOVIMENTO PELAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS/ REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NO COPAM-MG. **Exposição durante o IV UFMG DEBATE, “Para além do rompimento: corpo, vida, trabalho”.** Belo Horizonte, 15 de abril de 2019.

P.. FUNDADORA E PRESIDENTE DO MOVIMENTO JUSTIÇA SIM, DESEMPREGO NÃO. **Entrevista:** Jessica Silva. Mariana, abril de 2019.

R.. ATINGIDA DE PARACATU DE BAIXO. **Jornal A Sirene**, Edição 16, Julho de 2017.

Rafael Ávila. SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. **Exposição durante o IV UFMG DEBATE, “Para além do rompimento: corpo, vida, trabalho”**. Belo Horizonte, 15 de abril de 2019.

S.. ATINGIDA DE BARRA LONGA. **Fala na mesa “Moradia digna: como garantir esse direito?”**, durante o seminário “Mariana três anos depois”. Mariana, 3 de novembro de 2018.

● Notícias

AGÊNCIA BRASIL. **Prefeito de Mariana (MG) decreta estado de calamidade financeira**. 25 de março de 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/prefeito-de-mariana-mg-decreta-estado-de-calamidade-financeira>>. Acessado em 28 de março de 2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Tragédia de Mariana ainda afeta economia da cidade e gera desemprego de 23,5%**. Diário de Pernambuco, 05 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/11/05/interna_brasil,729611/tragedia-de-mariana-ainda-afeta-economia-da-cidade.shtml>. Acessado em 23 de maio de 2018.

DW. **“Sem a Samarco Mariana vai parar”, diz prefeito**. 21 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/sem-a-samarco-mariana-vai-parar-diz-prefeito/a-18865871>>. Acessado em 28 de março de 2019.

ESTADO DE MINAS. **Minério de ferro resiste à crise econômica**. Estado de Minas, 29 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/29/internas_economia,303234/minerio-de-ferro-resiste-a-crise-economica.shtml>. Acessado em: 09 de março de 2018.

ESTADO DE MINAS. **Após acordo com a Vale, Mariana vai revogar decreto de calamidade financeira**. 01 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/04/01/interna_gerais,1042916/apos-acordo-com-a-vale-mariana-vai-revogar-decreto-de-calamidade-fina.shtml>. Acessado em 16 de abril de 2019.

HOJE EM DIA. **À beira da falência, Mariana decreta estado de calamidade financeira e vai processar a Vale**. 26 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/%C3%A0-beira-da-fal%C3%A9ncia-mariana-decreta-estado-de-calamidade-financeira-e-vai-processar-a-vale-1.703215>>. Acessado em: 28 de março de 2019.

JORNAL PONTO FINAL. **Desemprego em Mariana atinge 23% da população e bate novo recorde**. Jornal Ponto Final, 12 de abril de 2017. Disponível em:

<<http://jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5591/desemprego-atinge-13-mil-pessoas-e-atinge-novo-recorde-em-ariana>>. Acessado em 05 de maio de 2019.

O TEMPO. **Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens.** Jornal O Tempo, 05 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>>. Acessado em maio de 2019.

VALE S/A. **Informações para o mercado.** Press Releases. Fato relevante - Aquisição da SAMITRI, 2000. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/old-investors/information-market/press-releases/Paginas/fato-relevante-aquisicao-da-samitri.aspx>>. Acessado em outubro de 2018.

VALOR. **Preço do minério de ferro vai abaixo de US\$ 100 a tonelada.** 27 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/2804142/preco-do-minerio-de-ferro-vai-abaixo-de-us-100-tonelada>>. Acessado em 08 de maio de 2019.

VEJA. **Vale vai desativar barragens iguais às de Brumadinho e Mariana.** 29 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/vale-vai-paralisar-producao-para-desativar-barragens-em-minas-gerais/>>. Acessado em 24 de abril de 2019.